

habitação

Plenário analisa MP que facilita a compra da casa própria

Alcance do programa Minha Casa, Minha Vida, que prevê R\$ 34 bilhões para combater o déficit habitacional, foi ampliado pelos deputados. Projeto é o primeiro item da pauta e tem prioridade por estar com prazo de votação vencido.

páginas 10 e 11



MARCOS VERGUEIRO/SECOM-MT

Conjunto Cláudio Marcheti, em Cuiabá. População que ganha até três salários mínimos pode ter subsídio integral para compra de moradia

vereadores

Limite de gastos para as câmaras deve ser votado na terça-feira

página 2

investigação

Impasse sobre ONGs atrasa instalação da CPI da Petrobras

página 3

e mais...

| | |
|---------------------|----|
| agora é lei | 4 |
| ambiente legal | 5 |
| resenha | 14 |
| voz do leitor | 15 |
| frases | 15 |
| pergunte ao senador | 15 |



Candidatura avulsa está na pauta da CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça deve decidir nesta quarta-feira o destino de uma proposta polêmica: as candidaturas chamadas avulsas

ou à margem dos partidos políticos. Se acolher a mudança constitucional, estará abrindo caminho para a quebra do “monopólio da representação”.

páginas 8 e 9

cidadania

Higiene pessoal é condição para uma boa saúde

Nesta edição, orientações sobre o asseio corporal, úteis para evitar muitas doenças e situações embaraçosas. Entre as dicas, o jeito correto de escovar os dentes (*foto*) e passar o fio dental, quando e por que lavar as mãos, além da importância do banho.

página 16



MARCOS VERGUEIRO/SECOM-MT

Queimaduras: drama de 1 milhão de brasileiros

No cenário internacional, o Brasil apresenta boas estatísticas de tratamento aos queimados, mas ainda faltam centros de atendimento especializados, pessoal capacitado e campanhas de prevenção, assuntos debatidos pela Comissão de Assuntos Sociais. Flávio Arns propõe que aqueles que sofreram queimaduras médias e graves sejam considerados pessoas com deficiência.

páginas 6 e 7

agenda

PEC Paralela dos Vereadores deve ser votada nesta terça-feira

Proposta cria seis faixas de gastos máximos dos municípios com os legislativos locais, entre 7% e 3,5% das receitas, dependendo da população. Relator estima em R\$ 1,4 bilhão a economia para os cofres públicos

Ficou para esta terça-feira a votação da proposta de emenda à Constituição conhecida como PEC Paralela dos Vereadores, que limita os gastos dos municípios com os legislativos locais. Por falta de quórum, a proposta acabou não sendo votada na quarta-feira, quando foi realizada sessão extraordinária para esse fim.

Entre os limites colocados pela PEC 47/08 aos gastos com as câmaras estão os subsídios de vereadores. O teto de gastos, tomado em relação às receitas tributárias dos municípios, é proporcional à população. O limite dado pela legislação atual, de 8% das receitas, foi modificado para 7% e inclui os de menor população.

Municípios entre 101 mil e 300 mil habitantes poderão gastar até 6% de seus orçamentos com as câmaras. Aqueles com 301 mil a 500 mil habitantes terão de baixar os gastos do teto de 6% para 5%. Já os que ficam entre 501 mil e 3 milhões de habitantes terão o limite reduzido de 5% para 4,5%. Os municípios entre 3 milhões e 8 milhões de habitantes vão ter que baixar o teto de 5% para 4%. Acima de 8 milhões, a redução será de 5% para 3,5%.

A PEC 47/08 tem longo trajeto no Congresso. Foi primeiramente



No Plenário do Senado, suplentes de vereadores pressionam por votação da PEC, em sessão extraordinária na quarta-feira

votada pela Câmara como PEC 20/08 (PEC dos Vereadores) e, ao chegar ao Senado, foi modificada e desmembrada, a partir da aprovação de requerimento dos senadores Marco Maciel (DEM-PE) e César Borges (PR-BA). A PEC 47/08 (PEC Paralela dos Vereadores) é resultado, portanto, do desmembramento de um dos artigos da PEC 20/08, a qual aumenta o número de vereadores e tramita agora na Câmara dos Deputados, enquanto a PEC 47/08 ficou para ser analisada no Senado. Apro-

vada, essa matéria também será examinada pela Câmara.

A PEC 47/08 foi relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) por Valter Pereira (PMDB-MS). O texto final é resultado da análise de duas emendas apresentadas em Plenário durante a discussão da proposta, assinadas por 31 senadores.

Valter Pereira disse que houve muita dificuldade para fixar limites de despesa dos legislativos municipais de forma a satisfazer,

ao mesmo tempo, necessidades funcionais das mais de 5 mil câmaras no país e controlar os gastos públicos. As estimativas anteriores indicavam que a PEC Paralela dos Vereadores proporcionaria economia de R\$ 1,8 bilhão nos gastos das câmaras municipais. Depois de longas negociações do relator com representantes de vereadores e senadores, que resultou em novos ajustes na proposta, estima-se agora que os cortes deverão somar R\$ 1,4 bilhão.

FUSO HORÁRIO

Apesar de posição favorável dos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos, foi adiada a votação do projeto que unifica a hora legal em todo o Brasil pela hora de Brasília. Ficou decidido que o retorno à pauta ocorrerá quando for concluída negociação para retirar da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a prerrogativa de dar a palavra final sobre a proposta (PLS 486/08), apresentada por Arthur Virgílio (PSDB-AM) e relatada por Gim Argello (PTB-DF).

EDUCAÇÃO

Seis proposições sobre educação estão na pauta desta quarta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Um dos projetos – o PLS 706/07, de Arthur Virgílio (PSDB-AM) – trata do número mínimo de doutores e mestres e de docentes em regime de tempo integral nas universidades. Outras propostas tratam da cessão de salas de aula para a alfabetização de jovens e adultos (PLS 309/06), da avaliação dos livros didáticos (PLS 63/03) e do ingresso em instituições públicas de ensino superior (PLS 174/05).

Correção

Ao contrário do que foi publicado na legenda da foto na página 13 da edição nº 3.035/221 do **Jornal do Senado**, com data de 8 a 14 de junho de 2009, o ex-diretor-geral do Senado Agaciel da Silva Maia não foi indiciado.

A informação que consta da legenda, na verdade, se refere ao ex-diretor de Recursos Humanos da Casa João Carlos Zoghbi.

comissões

Segunda-feira

10h – CÓDIGO PENAL

Código Penal – Audiência pública no Centro de Convenções da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) com especialistas da área de Direito. O encontro faz parte da rodada de reuniões públicas que o colegiado realiza para captar junto à sociedade sugestões à proposta. Devem participar o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o presidente da assembleia legislativa, Jorge Picciani, e representantes do Ministério Público, advogados, defensores públicos, peritos criminais, juízes e delegados.

Terça-feira

9h – DIREITOS HUMANOS

Fumicultura – Reunião para discutir proposta de criação do Fundo Nacional de Proteção aos Trabalhadores da Fumicultura. O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo, Romeu Schneider, e a secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira, estão entre os convidados. Em seguida, a comissão vota emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010.

9h30 – AGRICULTURA

Óleo vegetal – Debate em audiência pública conjunta sobre proposta que trata da comercialização e do uso do óleo de origem vegetal como combustível. Devem participar representantes da Agência Nacional do Petróleo (ANP); do Ministério da Agricultura e do Ministério do Meio Ambiente, além dos especialistas Paulo de Moraes, da Suner Engenharia e Biocombustíveis, e Márcio Turra de Ávila, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

10h – DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LDO – Aprecia emendas à LDO.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Calamidades – Além de emendas à LDO, examina o projeto que trata de incentivos às políticas públicas de juventude e o que institui o fundo de atendimento às situações de emergência decorrentes de calamidades públicas.

11h – EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Pesquisas – Examina, entre os itens que compõem a pauta, o projeto que cria centros de pesquisas e de desenvolvimento da educação nas institui-

ções federais de educação superior.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Licitação – Reúne-se para analisar o projeto que inclui a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações, duas propostas para alterar o Código de Defesa do Consumidor no que diz respeito a prazos de entrega de produtos pelo fornecedor, além de emendas à LDO.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Propriedade intelectual – Audiência pública o tema “Propriedade intelectual e inovação”. Estão convidados o diretor da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, Carlos Henrique de Brito Cruz, e a pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Cláudia Chamas. Na segunda parte da reunião, a comissão vota emendas à LDO.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Menoridade penal – Entre os itens que compõem a pauta, está a proposta de emenda à Constituição que reduz para 16 anos a idade para imputabilidade penal, e o projeto que prevê a duplicação da pena do agente

que utilizar menores de idade para práticas de crimes.

Quinta-feira

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

IBGE – Reunião sobre a caracterização de atividade exclusiva de Estado a exercida por servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre os convidados, estão o consultor jurídico Carlos Alberto Rangel e o pesquisador do instituto Antônio Carlos Alkmim dos Reis.

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Emigrantes – Na primeira parte, realiza debate sobre a situação dos brasileiros residentes no exterior. A audiência tem como convidado Otto Agripino Maia, subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores. Na segunda parte, será analisada a indicação de Roberto Abdalla para o cargo de embaixador no Kuaite.

8h30 – INFRAESTRUTURA

LDO – Analisa emendas à LDO.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

Pauta trancada – A pauta de votações está trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 11, proveniente da Medida Provisória 459/09) que instituiu o programa habitacional Mi-

nha Casa, Minha Vida e que também trata da regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

Quarta e quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

investigação

Impasse adia instalação da CPI da Petrobras

Governistas exigem de volta relatoria da CPI das ONGs, enquanto opositores impedem votações no Senado e no Congresso

A instalação da CPI da Petrobras foi remarçada para esta semana após ter sido adiada pela terceira vez por falta de quórum, resultado de uma queda de braço entre senadores governistas e opositores que já se prolonga por duas semanas.

Enquanto o governo exige a relatoria da CPI das ONGs, cargo para o qual foi nomeado o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), em substituição ao governista Inácio Arruda (PCdoB-CE), a oposição aposta na obstrução das votações em Plenário, no Senado

e no Congresso, como aconteceu na semana passada.

Arthur Virgílio convocou a bancada opositora para se reunir às 13h desta terça-feira.

– Eles sabem o que fizeram na Petrobras e não querem apurar. O mensalão, comparado com aquilo, foi fichinha – acusou.

Alvaro Dias (PSDB-PR) tem esperança de que a comissão seja instalada nesta semana. Caso isso não ocorra, prometeu ir ao Supremo Tribunal Federal para garantir a CPI.

Assim como o senador Sérgio

Guerra (PSDB-PE), Alvaro lamentou que o governo esteja “usando pretextos”, como a nomeação de Virgílio na CPI das ONGs, para não dar quórum às reuniões e adiar as investigações. Junto com o líder do DEM, José Agripino (RN), Guerra sinalizou que seria possível a oposição abrir mão da relatoria da CPI das ONGs para derrubar o argumento.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), que tratou do tema em Plenário na sexta-feira, o suposto desacordo entre PMDB e PT quanto à indicação do presidente e do rela-

tor da CPI da Petrobras seria “um esquema para ganhar tempo”.

– Para mim, não existe crise nenhuma, nem do Lula com o Renan [Calheiros, líder do PMDB], nem do Renan com o [Romero] Jucá [líder do governo]. É tudo mentirinha – disse.

Votações do Senado e do Congresso obstruídas

Por sua vez, em protesto contra o adiamento da instalação da CPI, a oposição aposta na obstrução.

Na terça-feira passada, a estratégia derrubou a sessão do

Congresso que votaria créditos especiais ao Orçamento. Para a líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti (PT-SC), problemas do Senado deveriam ser resolvidos no Senado, e não no Congresso.

No mesmo dia, Virgílio anunciou a obstrução da oposição, contra “diversas irregularidades” na Casa. Pelo DEM, Antonio Carlos Júnior (BA) apoiou a obstrução até a solução do impasse.

No dia seguinte, a sessão do Senado deixou de analisar assuntos importantes, aprovando apenas temas considerados consensuais.



Na foto à esquerda, Mercadante (E), Inácio Arruda e Jucá, que demandam relatoria da CPI das ONGs. À direita, Alvaro (D), Virgílio e ACM Júnior, que acusam governo de usar pretextos para evitar investigações

Governo: problema está na CPI das ONGs

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), avisou que a confirmação de Arthur Virgílio como relator da CPI das ONGs pelo presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI), cria “um clima de dificuldade” na CPI da Petrobras.

Jucá anunciou que os parlamentares da base governista estão em obstrução na CPI das ONGs até que a questão seja resolvida. Ele destacou que o governo honrou duas vezes o acordo, ao eleger para a presidência o senador Raimundo Colombo (DEM-SC) e, mais tarde, Heráclito.

Na avaliação do líder do governo, independentemente de o cargo de relator ter ficado vago ou não, o acordo que valeu

para substituir a presidência vale também para a indicação do relator. Mesmo que o relator anterior, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), se retirasse da CPI das ONGs, afirmou Jucá, caberia à base do governo indicar o substituto.

O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), afirmou que “não há condições de dar prosseguimento aos trabalhos de nenhuma das duas CPIs” enquanto a relatoria da CPI das ONGs não for negociada. O senador disse que os líderes da base aliada se reunirão para tomar outras atitudes.

Jucá negou a existência de impasse entre PT e PMDB para indicação do presidente e relator da CPI da Petrobras.

Heráclito não volta atrás e mantém Virgílio como relator

O presidente da CPI das ONGs, Heráclito Fortes, não vai voltar atrás na indicação de Arthur Virgílio para relator da comissão. A iniciativa fora pedida por Jucá, que questionou a substituição de Inácio Arruda por Virgílio, por entender que a atitude rompe acordo entre governo e oposição para que o cargo ficasse com um governista.

Heráclito negou e argumentou que a CPI das ONGs tinha um relator da base de apoio ao governo e não votava nada havia meses por falta de quórum. Para ele, os governistas não querem investigar.

Virgílio não vê por que deixar a relatoria, pois, mesmo antes de ser indicado para o cargo, a CPI estava parada.

– Arruda nunca foi relator. Trabalhou

para que a comissão não existisse. Impediu investigações. Defendeu teses esdrúxulas. Chegou a afirmar que não valia a pena quebrar sigilo antes de ter prova contra o suspeito. É ridículo. Cumprir papel depreciativo. Esse pessoal não quer CPI nenhuma – disse Sérgio Guerra.

O impasse teve origem quando Inácio Arruda passou a suplente da CPI das ONGs para ser titular na CPI da Petrobras, o que, na interpretação de Heráclito, deixou vago o cargo de relator. Arruda, porém, nega ter abandonado a relatoria, por acreditar que poderia seguir no cargo mesmo como suplente na CPI das ONGs.

A CPI das ONGs tem reunião administrativa marcada para esta quarta-feira.

Novo plano de trabalho para apurar irregularidades

O senador Arthur Virgílio apresentou na semana passada um novo plano de trabalho da CPI das ONGs.

Por conta da obstrução da CPI pelos senadores da base de apoio ao governo, a apresentação do plano de trabalho foi feita depois que os governistas já haviam se retirado da reunião a pedido do líder do governo, Romero Jucá.

Virgílio promete rigor na apuração das denúncias que envolvem irregularidades no repasse de dinheiro público a entidades do terceiro setor. A necessidade de o Estado manter parcerias com ONGs para prestação de serviços públicos e os critérios para a realização de convênios

com essas instituições serão questionados pelo relator.

O senador também quer mapear a transferência de recursos do Orçamento para entidades privadas sem fins lucrativos entre 1999 e 2009 e investigar fraudes nas parcerias dos estados com as ONGs. Virgílio também defendeu a deliberação urgente de diversos requerimentos que ainda estão pendentes na CPI.

– Restam 38 requerimentos a serem votados, 23 de quebra de sigilo. Vários outros não foram respondidos – afirmou.

Entre os requerimentos que precisam ser aprovados, Virgílio destacou o que solicita ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)

a relação de movimentações financeiras atípicas da Intercorp Consultoria Empresarial e de Flávia Maria do Carmo Camarero; o que pede a transferência dos sigilos bancário e fiscal da empresa Camarero & Camarero Consultoria Empresarial Ltda.; e os que solicitam a transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos do Rio Grande do Sul, da Cooperativa dos Trabalhadores de Reforma Agrária de Santa Catarina, do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa em Reforma Agrária e da Cooperativa Central de Reforma Agrária do Estado de São Paulo, todas entre 2003 e 2009.

Poucos depoimentos sobre ONGs

Instalada em outubro de 2007, a CPI das ONGs teve o senador Raimundo Colombo como seu primeiro presidente. Ele indicou Inácio Arruda como relator. Naquele ano, realizaram-se oito reuniões.

– O único depoimento relevante foi o da Fundação Banco do Brasil. Não obstante, não se deu continuidade à investigação – afirma Virgílio.

Em 2008, foram 11 reuniões. Em fevereiro, a imprensa denunciou o reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland, o que jogou o foco sobre a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos, acusada de patrocinar a reforma de apartamento de luxo ocupado pelo reitor. Mais tarde, contratos suspeitos da fundação com prefeituras petistas

vieram a público, o que a levou a ser o principal foco da CPI das ONGs.

– Nenhum sigilo foi quebrado, apesar das evidências de desvio de dinheiro. Houve acordo para que, primeiramente, fossem solicitados dados ao Coaf para, depois, analisar quebras de sigilo. O acordo não foi cumprido – destaca Virgílio.

Colombo se licenciou do Senado e foi substituído na presidência pelo senador Heráclito Fortes, que já comandou seis reuniões. Nesse período, o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Lucas Furtado, contou à CPI que o governo não fiscalizou o repasse de R\$ 12,5 bilhões. Do total, 39% foram repassados a ONGs pelo Ministério da Educação.

comissões



Garibaldi Alves (E), Delcídio Amaral e Ideli Salvatti, na reunião da CAE: projeto foi elogiado por senadores

CAE abre setor aéreo às empresas estrangeiras

Projeto aprovado pela comissão também amplia de 20% para 49% o limite de participação de sócios externos no capital das companhias nacionais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto de lei que amplia de 20% para 49% o limite de participação de sócios estrangeiros nas empresas nacionais de aviação. Mesmo com a restrição ao controle acionário por estrangeiros, o texto aprovado (uma síntese de três projetos que tramitavam juntos) veda qualquer restrição à prestação de serviços domésticos por empresas de fora do país.

No relatório, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) recomendou a aprovação do projeto do ex-senador Paulo Octávio (PLS

184/04) que inclui a previsão da elevação do teto do capital externo para 49%. O PLS 258/06, de Valdir Raupp (PMDB-RO), e o PLS 259/06, de Tião Viana (PT-AC), sugeriam a supressão de qualquer limite.

Em defesa de uma abertura mais ampla, Jucá disse que a atual reserva de mercado impede o consumidor brasileiro de ter serviços de melhor qualidade e mais baratos, além de uma cobertura mais eficiente do território nacional.

– O que se observa é uma indiferença das companhias, principalmente em relação aos

estados mais periféricos – criticou.

Já a atual proibição à operação de empresas estrangeiras em voos domésticos, observou Jucá, restringe a margem de negociação para acesso ao mercado interno por meio de acordos com outros países.

O projeto foi elogiado durante o debate. O senador Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu a abertura, ao setor privado, do capital da Infraero, estatal que administra os aeroportos – o que proporcionaria, disse ele, maiores recursos para melhoria e modernização.

ANÚNCIO DE VEÍCULOS

A CAE rejeitou projeto da Câmara dos Deputados (PLC 51/08) que tornava obrigatório informar de maneira clara nos anúncios em jornais ou outros meios impressos – além das características do veículo e o preço de venda – o ano de fabricação, o modelo, a placa e o número do chassi. Relator, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) lamentou ter que pedir a rejeição, mas explicou que, apesar do desejo de aumentar a segurança nas transações, a medida provocaria aumento no tamanho e no preço dos anúncios, causando prejuízos ao setor de classificados.

ISENÇÕES FISCAIS

A Academia Brasileira de Letras (ABL), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) poderão ter isenção tributária e se beneficiarem de uma anistia fiscal. Mas, para que isso ocorra, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ainda terá que aprovar o PLS 191/06, do senador José Sarney (PMDB-AP). A decisão foi tomada pela CAE, por sugestão da relatora Ideli Salvatti (PT-SC). O projeto isenta a ABL, a ABI e o IHGB da Cofins, Imposto de Renda sobre aplicações financeiras, IOF e PIS-Pasep.

Nova divisão sobre a entrada da Venezuela no Mercosul

Os riscos e as oportunidades do ingresso da Venezuela no Mercosul foram ressaltados pelos convidados para o terceiro debate sobre o tema na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Os debatedores que pediram mais tempo para a decisão – o ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer e o jurista Ives Gandra da Silva Martins – criticaram a falta de informações e a postura política do presidente Hugo Chávez.

Lafer disse que aprovar de imediato o ingresso, antes da conclusão das negociações téc-

nicas com os demais membros do Mercosul, seria o mesmo que “dar um cheque em branco” a Chávez.

Os defensores da adesão lembraram a importância estratégica da expansão do bloco em direção ao Norte da América do Sul, como a cientista política Maria Regina Soares de Lima, do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) e o embaixador na Venezuela, Antonio José Ferreira Simões.

Os senadores discordaram principalmente em relação ao momento mais adequado para a votação da adesão.

DOIS EMBAIXADORES

O estímulo à participação de empresas brasileiras em obras de infraestrutura foi anunciado pelos embaixadores designados para Honduras e Argélia, respectivamente Mário da Graça Roiter e Henrique da Silveira Sardinha Pinto, cujas indicações presidenciais foram aprovadas pela CRE na semana passada.

ACORDO COM URUGUAI

O Plenário aprovou acordo de cooperação na área de comunicação entre o Brasil e o Uruguai, de 2005, prevendo atividades como difusão de informações, elaboração de programas de formação e capacitação técnica e intercâmbio universitário, entre outros.

Venda ilegal de anabolizantes pode dar cinco anos de cadeia

Será crime a venda ou fornecimento ilegal de esteroides ou peptídeos anabolizantes, substâncias utilizadas por esportistas e frequentadores de academia para obter ganho rápido de massa muscular, causando inúmeras mortes. A CCJ aprovou proposta (PLS 124/05) em que a pena aplicável nesses casos será de dois a cinco anos de reclusão, além de multa.

Pelo projeto do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), que sofreu emendas, a simples venda desses produtos, de forma ilegal, já basta para caracterizar crime. No entanto, para não deixar brechas por onde possam escapar

eventuais infratores, também estende a mesma pena – além das multas – a quem administrar tais medicamentos quando adquiridos de forma ilegal, ou para quem vender ou fornecer, para consumo humano, esteroides e anabolizantes originalmente destinados a uso veterinário.

A proposta vai agora a exame final em Plenário e, se aprovada, encaminhada à Câmara dos Deputados. No relatório preparado para a CAS, o senador Augusto Botelho (PT-RR) alerta para os riscos que o abuso dos anabolizantes trazem à saúde, como o surgimento de tumores, doenças hepáticas e atrofia testicular.

REJEIÇÃO À PENA DE MORTE

O Plenário do Senado Federal referendou a adesão do Brasil aos protocolos facultativos ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, com vistas à abolição da pena de morte. O primeiro desses protocolos foi adotado em Nova York, em 16 de dezembro de 1966, e o segundo em 15 de dezembro de 1989. A matéria vai agora à promulgação.

O relator foi o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

COMBATE À PEDOFILIA

A CPI da Pedofilia vai pedir que o Plenário acelere a votação de três projetos de lei elaborados pela comissão. Dois referem-se à agravamento da pena por incitação ou apologia à pedofilia e nos casos de estupro e atentado violento ao pudor. O terceiro acaba com o prazo de seis meses para que crianças e adolescentes façam a denúncia. A CPI reúne informações e recebe denúncias sobre pedofilia no site www.todoscontraapedofilia.com.br.

CCJ debate atuação da polícia e do MP em investigação criminal

O risco de superposição de ações em investigações criminais conduzidas paralelamente pela polícia e pelo Ministério Público (MP) foi cogitado e criticado em audiência pública da CCJ sobre o PLS 150/06, que trata da repressão ao crime organizado. Enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) decide se o MP poderá ou não presidir inquéritos penais, os expositores – a maioria delegados de polícia – defende-

ram a manutenção do atual sistema, que coloca a polícia e o MP atuando de forma complementar, e não concorrente.

O relator, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), concluiu ser necessário mudar a atual forma de atuação da polícia e do MP na investigação criminal.

– O desafio é como integrar as duas instituições e buscar a complementaridade para que haja maior eficácia em suas ações.

agora é lei

Presas gestantes e seus bebês terão assistência assegurada

As mães presas e seus filhos recém-nascidos devem ter condições mínimas de assistência, como acompanhamento médico durante o pré-natal e no pós-parto e atendimento clínico ao bebê. Esse direito está agora assegurado pela Lei 11.942/09, publicada no *Diário Oficial* de 29 de maio.

De acordo com a nova lei, os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos e amamentá-los, no mínimo, até os seis meses de idade.

Essas penitenciárias também deverão ter uma seção para gestantes e parturientes e outra de creche para abrigar

crianças maiores de seis meses e menores de sete anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa.

As creches também deverão atender como requisitos básicos o atendimento por pessoal qualificado, em unidades autônomas, e horário de funcionamento que garanta a melhor assistência à criança e sua responsável.

No Senado, a proposição da Câmara foi relatada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), para quem a lei reforça e materializa direitos e garantias já anunciados pelos princípios de dignidade da pessoa humana, previstos na Constituição.

comissões

Especialistas defendem limites para esportes radicais

Projeto do senador Efraim Moraes (DEM-PB) que define regras para prática de esportes radicais ou de aventura foi debatido na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O objetivo é diminuir o número de mortes em esportes como rappel, *bungee jump* e parapente.

A importância de regulamentar a atividade foi defendida por todos no debate, à exceção de Leonardo de Moura Persi, da Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta). Representantes dos atletas e o diretor do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, André Arantes, sugeriram que a comissão acatasse a Resolução 18/07 do ministério, que diferencia esporte de aven-

tura de esporte radical.

– A resolução adota um conceito abrangente de esporte de aventura e esporte radical que não engessa as atividades – afirmou André Arantes.

O documento diferencia as duas modalidades pelo meio em que são praticadas. No esporte de aventura, a interação com a natureza se dá em um ambiente de incerteza em relação ao meio (não há controle sobre condições físicas e ambientais), enquanto o esporte radical tem manobras arrojadas e controladas.

O presidente da Comissão de Educação, Flávio Arns (PT-PR), solicitou ao ministério que apresente conclusões da Comissão Nacional de Esportes de Aventura para que sejam aproveitadas na melhoria do PLS 403/05.

DIA DO FARMACÊUTICO

A CE aprovou projeto (PLC 145/08) que institui 20 de janeiro como o Dia Nacional do Farmacêutico. A proposta vai a Plenário. A data escolhida, disse a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), coincide com a criação da Associação Brasileira de Farmacêuticos (ABF), em 1916. A CE também acolheu proposta (PLC 4/09) para incluir, entre as datas nacionais, o 13 de março, para marcar a Batalha do Jenipapo, em 1823, no Piauí. O senador Marco Maciel (DEM-PE) afirmou que a batalha significou a consolidação da independência do Brasil, já que focos de resistência portuguesa permaneceram em vários lugares do país.

DIREITOS AUTORAIS

Projeto aprovado na CCJ (PLC 35/03) inclui os dubladores na legislação que trata dos direitos autorais, Lei 9.610/98. Esses profissionais ficam incluídos na categoria de intérpretes ou executantes – na qual estão atores, cantores, músicos e bailarinos, já protegidos pela lei. Conforme definição atual, são obras intelectuais protegidas as criações do espírito, como adaptações, traduções e transformações de obras originais. O relator na Comissão de Justiça foi o senador Valter Pereira (PMDB-MS). O texto segue para exame final em Plenário.

COMBATE À FOME

Programas de combate à fome terão prioridade para receber alimentos em condições de consumo humano apreendidos pela inspeção sanitária e industrial, de acordo com projeto de lei (PLC 81/04) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta vai a Plenário. Atualmente, a regra está dispersa em portarias ministeriais. O projeto atribui ao Ministério da Agricultura a responsabilidade de zelar pelo cumprimento da norma. O relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), identificou ainda que decreto de 1969 determinava que os produtos fossem entregues a entidades beneficentes.

INSCRIÇÃO GRATUITA

Desempregados e trabalhadores com remuneração igual ou inferior a dois salários mínimos podem ficar isentos do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos. É o que prevê proposta de emenda à Constituição (PEC 19/08) de Paulo Paim (PT-RS) aprovada pela Comissão de Justiça. O projeto vai a Plenário. O relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), acredita que a proposta garante “efetividade” à competitividade nos concursos públicos, prestigiando quem tem menor poder aquisitivo e permitindo a efetiva universalização da seleção.

Perfil energético do país agride menos o ambiente

Enquanto 70% da energia utilizada no mundo vem de combustíveis fósseis, no Brasil quase a metade vem de fontes renováveis, ambientalmente corretas

De toda a energia consumida no mundo, apenas 14% vêm de matrizes renováveis. No Brasil, esse percentual chega a 46%. Os dados foram fornecidos pelo secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, em audiência na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas.

Isso representa que as emissões de CO2 na geração de energia renovável no Brasil são baixas, o que contribui pouco para as mudanças climáticas. Ventura observou ainda que o país dispõe de potencial para utilizar fontes alternativas de energia, como a solar, a eólica e a de biomassa.

Sobre a ampliação da geração de energia nuclear, Ventura disse que essa é uma fonte complementar e que já foi decidida a construção da usina Angra III. Até 2030 serão construídas mais duas usinas: uma no Nordeste, entre Recife e Salvador, e outra no Sudeste.

Jefferson Praia (PDT-AM) se mostrou preocupado com a ampliação das hidrelétricas na região Norte. Marina Silva (PT-AC)



Ventura Filho (D), do Ministério de Minas e Energia, revelou planos de expansão do uso de energia nuclear

registrou que, caso o mundo não altere radicalmente sua forma de obter energia, cientistas já vislumbram que poderá haver uma catástrofe ambiental até 2030.

Falta de domínio tecnológico dificulta uso de pinhão-mansinho

A falta de domínio tecnológico na produção de biodiesel a partir do pinhão-mansinho foi debatida na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O chefe-geral da unidade de agroenergia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Frederico Durães, revelou que o programa de biodiesel carece de desenvolvimento técnico-científico.

O presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão Manso (ABPPM), Mike Lu, afirmou que, atualmente, há 18 esta-

dos e cerca de 200 municípios envolvidos no cultivo. “É lamentável que estejamos tão atrasados em pesquisa”, afirmou. O presidente da Brasil Energia, Laércio Nery, acredita que o pinhão-mansinho pode elevar a renda do agricultor familiar. “Pretendemos plantar 70 mil hectares e oferecemos R\$ 800 por hectare”, revelou.

Segundo o coordenador de combustíveis do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Marco Leite, o órgão depende de pesquisas para apoiar a cultura.



Pinhão-mansinho

Produtividade chega a 10 vezes à da soja e do dendê para biocombustível.

18 estados e 200 municípios estão envolvidos no cultivo.

Inapropriado para o consumo humano, o pinhão-mansinho tem produtividade até dez vezes superior à da soja e do dendê para a produção de biocombustível

REUSO DE ÁGUA

A adoção de sistemas de reuso de água da chuva e das pias de banheiros e cozinhas em jardins e vasos sanitários será debatida na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), a pedido de Marcelo Crivella (PRB-RJ). Por solicitação de Renato Casagrande (PSB-ES), a CCT também decidiu convidar a presidente da Empresa Brasil de Comunicação, Tereza Cruvinel, para prestar informações sobre o órgão e sobre a implantação do sistema de comunicação pública no país.

RECURSOS PARA ENCHENTES

Cobrar do Ministério da Integração Nacional celeridade na liberação dos recursos para atendimento às vítimas de cheias no Amazonas. Essa é uma das nove sugestões do relatório da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, que, em abril, esteve nos municípios de Manacapuru e Anamá, no Amazonas, onde constatarem os estragos causados pela cheia do rio Solimões, que provocou perdas na agricultura e na pecuária. O relatório é assinado por Jefferson Praia (PDT-AM) e Marina Silva (PT-AC).

ambiente legal

Casca de coco vira tijolo ecológico

Um tijolo que não utiliza barro em sua composição foi inventado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). A argila é substituída por restos de casca de coco, de castanha-do-pará e de tucumã, que costumam ser descartados. O tijolo vegetal tem ainda a vantagem ecológica de não necessitar de cozimento, evitando o corte de árvores para alimentar fornos.

Proteção contra o calor da Amazônia

O pesquisador Jadir Rocha, do Inpa, afirma que o novo tijolo é mais resistente que o original e oferece mais proteção contra o calor amazônico. “Como as matérias-primas são de vegetais, proporcionam um ambiente muito agradável, faça chuva ou faça sol”, explicou. Rocha frisou ainda que o novo tijolo dispensa cimento, pois tem um encaixe que une as peças.

CHAPA DE FOLHAS

O Inpa apresenta outra novidade: uma chapa resistente fabricada com folhas, destinada a móveis e divisórias, substituindo as chapas de aglomerado, feitas de serragem. “As folhas passam por um processo de trituração e depois são secas e juntadas com resina. Para dar mais sustentação, colocamos mantas de fibras de vidro. Futuramente, vamos substituí-las por um vegetal”, observa Jadir Rocha.

Plástico feito de fibras vegetais

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) criou um composto que combina um plástico biodegradável com fibras vegetais, como casca de mandioca em pó ou fibra de coco. O material é transformado em plástico rígido, utilizado na produção de peças pré-moldadas, como tubetes usados em mudas de reflorestamento.

LARGA ESCALA

A decomposição do novo plástico gera apenas água, CO2 e biomassa e ocorre em pouco tempo, ao contrário do plástico tradicional. O coordenador do projeto na UFSCar, Elias Hage Junior, diz que será possível produzir qualquer peça moldada descartável e que não há dificuldades para a produção em larga escala.

Brasil tem 1 milhão de atingidos por queimaduras

Mesmo com boas estatísticas, como a baixa mortalidade dos queimados com mais de 60 anos, país precisa melhorar atendimento

Apesar de contar com uma ainda pequena rede pública especializada no tratamento de atingidos por queimaduras – são apenas 41 centros cadastrados (dos 68 previstos) em 18 estados –, o Brasil não está tão mal quanto pode parecer à primeira vista. “O país tem felizmente números muito bons”, avalia o presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras (SBQ), Flavio Nadruz Novaes.

Segundo ele, estima-se que exista no país cerca de 1 milhão de vítimas. Além disso, o setor sofre com falta de pessoal capacitado, de incentivo para importação de equipamentos e material, de campanhas de prevenção e de políticas para reinserção social. Ainda assim, a mortalidade de pacientes acima de

60 anos, por exemplo, está abaixo de 10%, taxa de país desenvolvido, segundo Novaes. O período de permanência nos hospitais está entre os mais baixos do mundo. Mas os avanços ainda são pouco divulgados. E as dificuldades são tantas que se sobrepõem às conquistas.

Apenas com nove anos de existência, o modelo do SUS para assistência aos queimados ainda apresenta muitas falhas. Os pacientes ou são atendidos nos hospitais gerais ou nos centros de referência. O Brasil não conseguiu implantar nenhum centro intermediário para suprir as deficiências nos estados

sem qualificação para instalar unidades de referência. “Ninguém se habilitou”, informa Rosa Costa, da coordenação de queimaduras do Ministério da Saúde.

Muitos estados não possuem atendimento especializado. Um deles é o Amazonas. A história da presidente da Associação dos Portadores de Sequelas por Queimaduras (Aposeq), Ana Aparecida Silva, ilustra bem o que ocorre nesses casos. Ela e o marido tiveram que se mudar para Brasília depois que o filho sofreu acidente com fio de alta tensão, na cidade amazense Fonte Boa. O menino teve um dos membros e dedo do pé amputados.

Ana engajou-se há três anos e meio na Aposeq, criada em 1992. Desde então, luta para que pessoas com queimaduras tenham os mesmos benefícios concedidos a portadores de deficiência, como passe livre e reserva de vagas em concursos públicos. Defende também a adoção de campanhas de prevenção, que baixariam os elevados custos do SUS – R\$ 39,34 milhões em 2008, dos quais R\$ 24,81 milhões só para atender os grandes queimados (veja quadro) –, e políticas de inclusão dos sequelados no mercado de trabalho e nas escolas.

Outra questão importante é o número insuficiente de profissionais capacitados para atender essas

fisioterapeutas, a SBQ é considerada a terceira no mundo. Só perde para a norte-americana, primeira da lista, e para a japonesa. – Temos 14 anos de existência e já sediamos um congresso mundial em 2003, em Fortaleza – orgulha-se Novaes, lembrando que os cirurgiões plásticos brasileiros possuem competência mundialmente reconhecida.

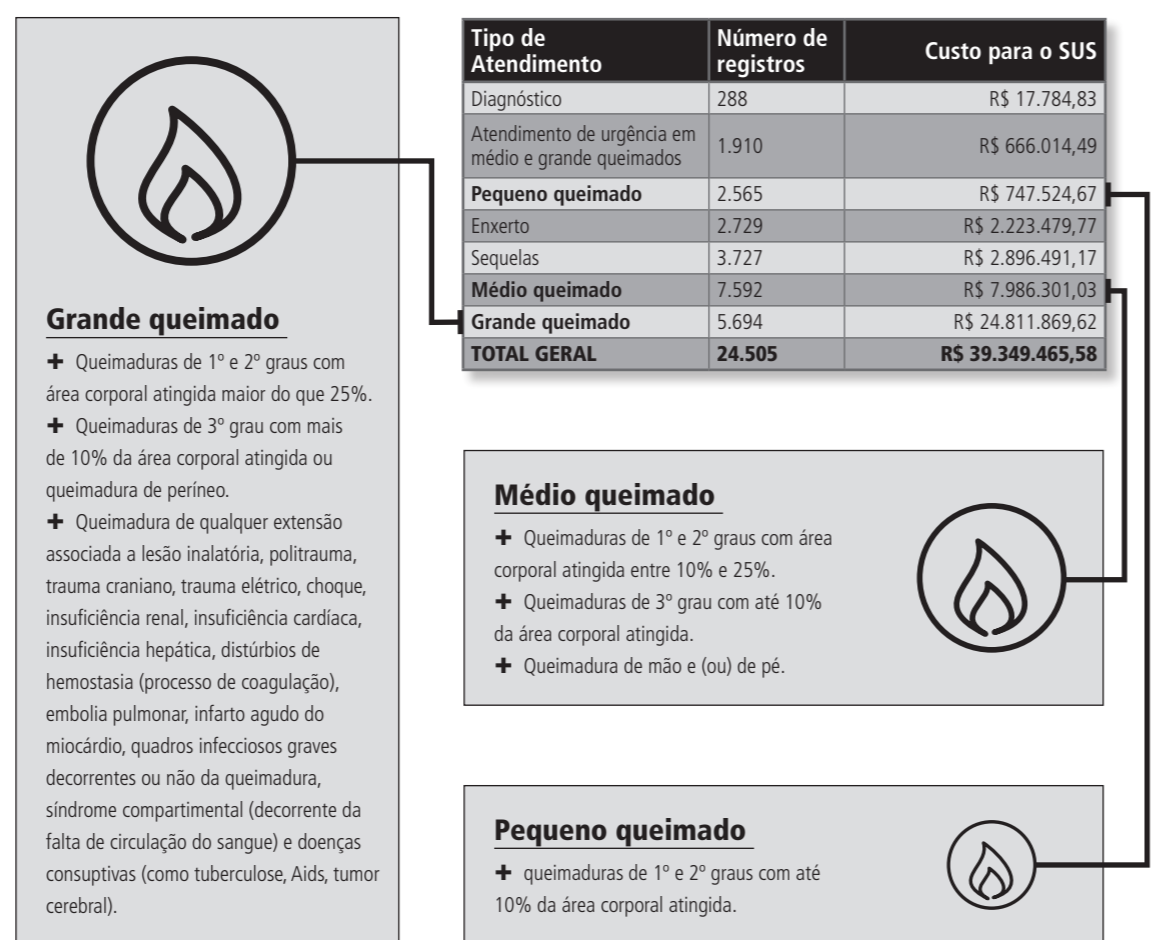
No entanto, durante audiência na CAS, na última terça-feira, Novaes chamou a atenção para a falta de campanhas nacionais de prevenção a queimaduras. Estima-se que exista cerca de 1 milhão de atingidos no Brasil, entre queimados leves e graves. Desse total, 30% em de-



Flávio Novaes, Roberta Costa, senador Augusto Botelho, Ana Silva e José Adorno: em debate na CAS, eles pedem mais prevenção

Quase 25 mil casos em 2008

Gastos do SUS com atendimento a vítimas de queimadura superaram R\$ 39 milhões em um ano, revelando necessidade de medidas de prevenção



Fonte: DATASUS/SMS – 2008 (Incluindo hospitais gerais e centros de referência)

vítimas. O coordenador de Cirurgia Plástica da Unidade de Queimados do Hospital Regional da Asa Norte, em Brasília, José Adorno, sugere

que as equipes do programa Saúde da Família recebam treinamento adequado para o atendimento inicial aos pacientes e campanhas de

prevenção. Segundo ele, a medida é mais importante que aumentar o número de centros de referência de queimaduras no país.

Parâmetros de Primeiro Mundo, mas sem política para evitar acidentes

Com uma taxa de mortalidade inferior a 10% para os maiores de 60 anos vitimados por queimaduras (veja quadro), o Brasil exibe índice de país desenvolvido, segundo o presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras (SBQ), Flavio Nadruz Novaes. Isso revela que o tratamento aos atingidos por queimaduras tem resultados bastante satisfatórios, diz ele, apesar dos problemas que o país enfrenta para ampliar e melhorar sua rede de atendimento especializado e da falta de dinheiro e de material.

Outro indicador importante, segundo Novaes, é a classificação da SBQ no ranking internacional. Com 800 filiados e reunindo equipe multidisciplinar com oito especialidades, entre médicos, psicólogos e

corrência de acidentes domésticos com crianças e jovens, provocados principalmente por álcool líquido e fogos de artifícios.

– As queimaduras podem ser evitadas em sua quase totalidade. Deveria haver uma articulação entre o Ministério da Saúde e a SBQ para construir uma política de prevenção – defende Novaes.

Ele citou como exemplo o combate à Aids, em que o Brasil baixou “drasticamente” os índices de incidência da doença.

– Reduzimos a partir de campanhas constantes em toda a mídia – destaca, dizendo ser possível

diminuir em muito o número de queimados por meio de campanhas preventivas, evitando os altos custos do tratamento hospitalar e da reabilitação, ambos de longa duração.

Flavio Novaes propôs ações educacionais, a exemplo da distribuição, em 2000, de cartilhas com desenhos da Turma da Mônica. Na ocasião, frisou, foram distribuídas 10 milhões de cartilhas a alunos do ensino fundamental de São Paulo.

19-59 anos
3,66%

taxa de óbito

mais de 60 anos
8,09%

Para Arns, queimados são pessoas com deficiência

Uma das principais demandas das entidades que defendem os interesses dos atingidos por queimaduras é que eles tenham os mesmos benefícios concedidos às pessoas com deficiência física. Atualmente, as vítimas de queimadura só conseguem ter acesso a esses benefícios quando sofrem alguma amputação. Diante dessa reivindicação, Flávio Arns (PT-PR), que preside a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, defendeu a elaboração de projeto de lei que garanta os direitos de pacientes com queimaduras médias e graves. Arns propôs alterar o Decreto 3.298/99, que define a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – um conjunto de normas para assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência.

O senador pediu o auxílio dos especialistas presentes à quarta audiência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) para definir critérios e parâmetros apropriados para caracterizar a pessoa com sequelas de queimaduras incapacitantes.

Papaléo Paes (PSDB-AP), relator do ciclo de debates sobre o SUS, recomendou a edição de uma medida provisória para proibir a comercialização de álcool líquido de uso doméstico em função do elevado número de acidentes, especialmente com crianças. – É uma questão grave de saúde pública e a Presidência da República, por meio da edição de MP, pode proibir essa venda, dando prazo para que a indústria se adapte – sugeriu.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que preside a CAS, questionou a coordenadora de Queimados do Ministério da Saúde, Roberta Costa, sobre quais os mecanismos de qualificação de profissionais para atendimento aos atingidos por queimaduras. Roberta explicou que os centros de referência passarão a capacitar profissionais de saúde que atuam nos hospitais gerais. As universidades, segundo ela, já atuam em parceria com os centros de referência. Outra possibilidade em análise, acrescentou, é o uso de recursos do Fundo Nacional da Saúde para estruturar unidades de queimados em hospitais gerais. Augusto Botelho (PT-RR) alertou para a necessidade de conscientizar a população para a obrigatoriedade de o queimado usar malha de compressão, medida recebida com preconceito por muitos pacientes. Ele apontou ainda o perigo do uso de lamparinas improvisadas com latas de leite em pó, o que ocorre no interior de muitos estados, como Roraima, e que seria responsável por muitas queimaduras.



Luciana de Souza queixa-se de que não consegue emprego por causa da aparência

As cicatrizes de quem não tem oportunidade

O drama do cearense Edvaldo Silva, de 46 anos, ilustra bem a falta de políticas para reinserção social dos atingidos por queimaduras. Há quase seis anos, o pedreiro de profissão estava dormindo na serraria de amigos, nos arredores de Brasília, quando foi surpreendido por três assaltantes. Para escapar, resolveu não reagir e fingiu que estava morto. Os bandidos borrifaram seu corpo com solvente e atearam fogo. Edvaldo ficou quase um mês internado e hoje se arrepende da decisão. “Se eu soubesse no que ia dar, teria reagido”, diz.

Apesar de não conseguir trabalhar como pedreiro, por não aguentar mais a exposição ao sol e à poeira, Edvaldo acha que teria condições de ser aproveitado em outro tipo de trabalho. Só que até agora não conseguiu nada. Faz alguns bicos em casas de conhecidos e sobrevive graças à ajuda da companhia. “Eu sinto a discriminação. É o que mais me dói”, confidencia. Ele não consegue se aposentar e gostaria de ter acesso ao passe livre para se deslocar até à cidade goiana de Anápolis, onde há junta médica para os exames periciais.

A história de Luciana de Souza, de 34 anos, também mostra as dificuldades enfrentadas pelos queimados. Ela acidentou-se com um vidro de álcool perto do fogão quando tinha 16 anos. Hoje tem três filhos de pai já falecido e cuida da mãe, com problemas mentais. Tentou em vão trabalhar como cozinheira e agora sobrevive do Bolsa Família e do benefício assistencial da mãe. “Perdi a força nas mãos e não suporto temperaturas mais elevadas”, relata.



Arns (E) defende benefícios iguais para queimados e pessoas com deficiência, e Papaléo pede ao governo MP proibindo a venda de álcool líquido

Acidentes crescem com a venda de álcool no varejo

Embora tenha vigorado por pouco tempo, a Resolução 46/02 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que proíbe a venda de álcool líquido para uso doméstico, ajudou a reduzir em cerca de 60% o número de acidentes, apenas nos seis meses iniciais de sua vigência, segundo levantamento da Sociedade Brasileira de Queimaduras (SBQ).

A medida foi suspensa em agosto daquele ano por meio de liminar da Justiça Federal pedida pela Associação Brasileira de Produtores e Envasadores de Alcool. O álcool líquido retornou às prateleiras dos supermercados e o número de acidentes voltou a subir, atingindo, segundo a SBQ, 150 mil acidentes anuais, cerca de 30% com crianças.

Em 2003, a Anvisa realizou seminário para discutir o assunto e concluiu que a proibição deveria ser mantida. “O produto é plenamente dispensável na sua forma líquida. O álcool em gel é mais seguro e pode ser usado como desinfetante”, afirma Cláudio Maierovitch, ex-presidente da Anvisa. A Agência ainda tenta derrubar a liminar.

A situação brasileira mostra-se ainda mais grave quando comparada à de outros países. O Brasil é o único que comercializa álcool líquido no varejo como saneante doméstico. Em outros países a venda do produto é restrita e para uso hospitalar.

Além da disputa judicial, um projeto do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) tenta desde 2006 deixar claro que a Anvisa tem competência para regular a matéria e restringir a comercialização de álcool líquido de uso doméstico, já que isso foi questionado na Justiça.

O projeto (PL 692/07) permanece aguardando designação de relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.



Kleiton e Walison depois do descuido que quase os matou: luta para ficar “sem defeito”

Estripulias viram tragédias e marcam para sempre

Tinha tudo para ser uma aventura divertida. Os quatro meninos em férias resolveram acampar na fazenda da avó, na Chapada dos Veadeiros, região próxima a Brasília. Iam passar a noite sozinhos, perto da sede da propriedade.

Kleiton da Silva, então com dez anos, teve a ideia de iluminar a barraca com auxílio de uma vela. O primo Walisson Souza, de nove anos, adormeceu primeiro, ouvindo as conversas dos outros meninos. Nenhum deles prestou atenção na vela acesa e a barraca acabou por pegar fogo.

O acidente em julho do ano passado marcou a vida dos dois primos para sempre. Walisson sofreu queimaduras profundas em 75% do seu corpo. Quase morreu. Já fez cinco procedimentos de enxertos e seis remoções de pele queimada.

Durante dois dias na semana, tanto ele quanto o primo, e suas mães, saem de Alto Paraíso (GO) por volta das 4h da manhã para serem atendidos em Brasília, no Hospital Regional da Asa Norte, onde os meninos passam por sessões de fisioterapia.

Eles conseguiram a doação de mallas compressoras para melhorar as sequelas. E lutam agora para retomar a rotina diária.

Ivone da Silva, a mãe de Walisson, foi obrigada a parar de trabalhar para cuidar do filho. De volta à escola, Walisson conta que sua professora explicou o seu caso aos colegas. Mas dá mostras que ficou um menino mais retraído.

O primo Kleiton queixa-se de que os colegas ignoraram a explicação da professora. “Eles me xingam e me deram o apelido de “queimadinho”. Falei para eles que isso não é doença. É um acidente que pode acontecer com todo mundo”, diz Kleiton, cujo maior desejo é melhorar e ficar “sem defeito”.

lei eleitoral

Emenda quebra monopólio dos partidos políticos nas eleições

Proposta, que deve ser votada esta semana pela CCJ, pretende incluir o Brasil no rol de países que permitem candidaturas sem filiação partidária. Tema gera debate sobre fortalecimento das legendas

No Brasil, disputar cargo eletivo não é para qualquer um. Ou, pelo menos, para quem não é filiado a um partido político. É o que os estudiosos chamam de "monopólio da representação", assegurado pela Constituição. Mas uma proposta de emenda constitucional (PEC) no Senado quer mudar isso e instituir as candidaturas avulsas.

A possibilidade de candidatos independentes concorrerem é adotada por nove em cada dez democracias mundiais. O assunto envolve o fortalecimento ou não dos partidos, a ampliação da participação do eleitor na vida pública e a maior representatividade das instituições políticas.

Nesta quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai decidir novamente sobre o tema, ao votar a PEC 21/06, do senador Paulo Paim (PT-RS). Há cerca de dois meses, o placar foi desfavorável à iniciativa. Na Câmara, a medida não entrou na lista de itens "consensuais" da reforma política que tramita na Casa. Uma PEC (229/08) do deputado Léo Alcântara (PR-CE) aguarda votação na CCJ. O relator, deputado Geraldo Pudim (PMDB-RJ), recomenda a aprovação.

– Desejo dar espaço e maior credibilidade aos movimentos sociais. A proposta não inviabiliza os partidos, apenas contempla uma parcela da população que necessita ser representada. A flexibilização possibilita que os sistemas políticos contemplem maior abertura à participação da sociedade. Isso contribui para que representantes políticos e sociedade civil possam aproximar-se – justifica Paim.

Autor de PEC semelhante derrotada na CCJ (prevendo candidaturas avulsas apenas para eleições majoritárias), o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reforça os argumentos.

Segundo Paim, proposta dá credibilidade a movimentos sociais

– A insuficiência dos partidos na representação é reveladora. A abertura de novos canais é mecanismo de fortalecimento do sistema representativo. Marco Maciel (DEM-PE), apesar de ser um dos signatários da PEC de Paim, apresentou relatório contrário à aprovação. Para ele, se a proposta virasse lei, provocaria o enfraquecimento dos partidos e produziria problemas de governabilidade, já que o Executivo teria de negociar apoios individualmente com parlamentares, e não com os líderes.

– Fica mais difícil construir uma base de apoio no Congresso – justificou Maciel, em seu relatório.

Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e diretora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Almira Rodrigues acha que as candidaturas avulsas não devem ser encaradas com uma tentativa de esvaziamento dos partidos políticos, "que têm sua função a desempenhar na construção de projetos para a sociedade".

– Trata-se de abrir espaços para a criação de outras possibilidades; de invenções de organização, de expressão e representação política; de experiências que possam animar a vida política brasileira – defendeu a professora.

O consultor legislativo do Senado Caetano Araújo, autor do artigo "Partidos políticos: há futuro para o monopólio da representação?", lembra que a polêmica que antecedeu a criação das chamadas listas cívicas na Itália considerou, essencialmente, a necessidade de recuperar o interesse de grande parcela do eleitorado pela participação política, pelo menos em âmbito local, fátia essa que o leque tradicional de partidos não conseguia mais sensibilizar.

– A possibilidade de constituir listas livremente faria retornar ao processo candidaturas e votos que não se apresentariam de outra maneira. Houve, portanto, um reconhecimento da incapacidade dos partidos políticos de cumprirem sua função – explicou o consultor, que também é doutor em Sociologia pela UnB.



Brasil faz parte de pequena lista de países sem candidatos avulsos

Levantamento realizado pela Rede de Informações Eleitorais (<http://aceproject.org>) – integrada por Estados Unidos, Canadá e México e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) – revela que o Brasil alinha-se, ao lado de África do Sul, Argentina e Suécia (veja o quadro), entre outros, no grupo de 9,68% dos países do mundo que não adotam nenhum tipo de candidatura avulsa em seus pleitos.

Quatro em cada dez nações permitem que pessoas sem filiação partidária disputem pelo menos cadeiras legislativas em âmbito local ou nacional, casos da Alemanha, Japão, Itália e Reino Unido. Em 37,79% dos países, as candidaturas avulsas valem até mesmo para presidente da República, como nos EUA, França, Chile, Irã e na superpopulosa democracia da Índia.

– Poucos países necessitam tanto da participação política, por um lado, e, por outro, a cercam de tantas restrições legais e burocráticas como o Brasil. A Itália, como é sabido, admite a candidatura avulsa mediante a chamada lista cívica. Nos EUA, casos há em que "candidatos independentes" chegam a pleitear a presidência. Essa flexibilidade ajuda a que os sistemas políticos contemplem uma maior abertura à participação da sociedade – argumenta o senador Paulo Paim.

Para o autor da PEC, no sistema atual, se movimentos sociais fortes e numerosos – como o feminista, o negro, o dos trabalhadores sem-terra, o dos aposentados, o dos indígenas ou o dos homossexuais – quiserem lançar um candidato, só poderão fazê-lo se a liderança se filiar a um partido político e, como consequência, se submeter "à regra do

jogo, sua correlação de forças interna, suas dificuldades e suas limitações". O consultor legislativo do Senado Caetano Araújo lembra, porém, que as propostas de reforma política hoje em discussão no Congresso Nacional têm como característica comum o fortalecimento das siglas partidárias por meio de instrumentos como a fidelidade partidária, o financiamento público e as listas fechadas de candidatos.

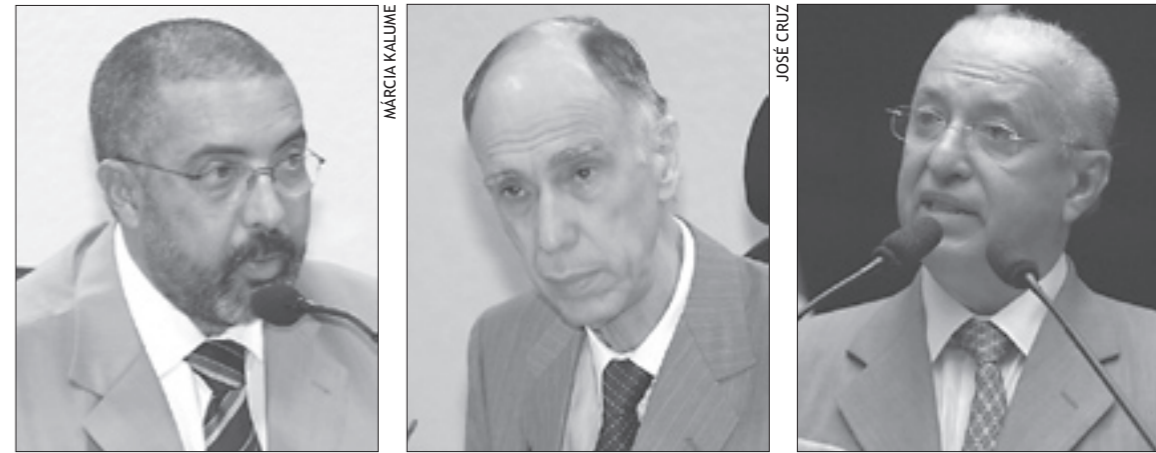
– Passaríamos a uma situação oposta à que prevalece hoje: o poder deixaria os mandatários e concentrar-se-ia na estrutura partidária. Nesse caso, teríamos direções partidárias, máquinas, burocracias extremamente poderosas com controle sobre os recursos financeiros destinados à campanha e com a capacidade de definir a ordem dos eleitos – teme o sociólogo.

Opositores temem que partidos se enfraqueçam ainda mais

No debate acerca das candidaturas avulsas, dois argumentos principais – ainda que não necessariamente opostos – são apresentados pelos favoráveis e contrários à emenda constitucional. Quem defende a mudança diz que é preciso ampliar as possibilidades de participação do cidadão na vida pública, enquanto os adversários lembram que o melhor caminho é fortalecer os partidos, que seriam prejudicados com as candidaturas independentes.

Apesar de reconhecer o desgaste sofrido pelas legendas com a atual crise política, Paulo Paim acredita que é dever dos parlamentares fortalecer a democracia e os partidos, mas, ao mesmo tempo, é preciso abrir espaço para candidaturas avulsas que tenham origem, por exemplo, em movimentos sociais.

– Países como Estados Unidos, Itália e Israel já adotam a candidatura independente. Ela foi fundamental no caso de Israel e, na Itália, dois senadores se elegeram pelas listas cívicas. Nos Estados Unidos, o candidato independente pode



Da esq. para a dir.: os senadores Paulo Paim, Marco Maciel e Antônio Carlos Valadares já manifestaram suas opiniões sobre a proposta, que está na pauta da CCJ

pleitear até mesmo o cargo de presidente – argumenta Paim.

Ex-presidente da CCJ, Marco Maciel não concorda com a tese segundo a qual a crise política e ética do Brasil tem suas raízes no monopólio da representação política nas mãos dos partidos políticos, "dominados, em grande parte, por grupos oligárquicos".

– A solução para esse problema não são as candidaturas avulsas, mas o fortalecimento dos partidos, o estímulo à maior participação dos cidadãos na vida pública. E, para isso, os partidos dispõem de instrumentos que podem ser acionados, tanto nas campanhas eleitorais, como fora delas – justificou Maciel.

Maciel também criticou o argumento de que muitas outras nações adotam o mecanismo em suas eleições.

– A realidade social e política brasileira possui especificidades que devem ser tratadas de modo diferente, e não a partir de soluções vindas de fora. Ademais, o diagnóstico de enfraquecimento dos partidos revela a necessidade de fortalecer o seu papel, e não de esvaziá-los.

Para o senador Mozarildo Cavalcanti, autor de uma PEC semelhante rejeitada pela CCJ em abril, só há vantagens na medida.

– A democracia ganha ao acolher votantes que abstinham-se do voto, por não se encontrarem representados nos partidos existentes, nem motivados para a criação de novos. Os eleitores ganham, pois se amplia o leque de escolha. Até os partidos ganham, na medida em que, despidos do monopólio, serão obrigados a aumentar a eficiência de sua atuação para lograr o

apoio e a adesão dos eleitores.

Outro que defende a proposta de Paim na CCJ é o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Foi ele quem pediu a retirada da matéria da pauta de votação, em 3 de junho, justamente para evitar que ela pudesse ser arquivada antes de uma maior discussão. Na avaliação dele, a candidatura avulsa, adotada em vários países, é um legítimo instrumento que permite ao cidadão concorrer a cargos eletivos por discordar do sistema que rege a política partidária.

Já Antonio Carlos Junior (DEM-BA) apoia os argumentos do relator e acredita que a PEC vai na contramão da luta de fortalecimento dos partidos.

– Partidos fracos, democracia fraca. Nós precisamos é fortalecer os partidos e aprimorar a legislação eleitoral – resumiu.

A FAVOR

O percentual crescente de votos brancos e nulos e a tendência de a sociedade se organizar em grupos, como as ONGs, indicam o enfraquecimento da capacidade dos partidos de representar a sociedade.

Sem a exigência de filiação partidária, aqueles que se encontram nos partidos com o propósito exclusivo de ser candidatos não precisariam neles permanecer.

Os partidos só competem entre si, normalmente, no interior de cada campo ideológico. Se qualquer conjunto de cidadãos pode apresentar candidatos, os partidos terão que se desdobrar em suas campanhas, com ganhos previsíveis para o eleitorado.

As candidaturas avulsas estimulariam a maior participação do cidadão na política, gerando uma "escola de virtudes cívicas", que seria importante na consolidação da cultura política e da própria democracia.

CONTRA

A medida faria sentido em países com partidos fortes, o que não ocorre no Brasil. Cabe aos partidos organizarem a representação eleitoral, e a diversificação de canais de participação seria prejudicial a esse esforço.

As candidaturas avulsas concorrem com os partidos. Consequentemente, contribuem para seu enfraquecimento. A lei deve fortalecer os partidos, não enfraquecê-los.

Se as listas de candidatos avulsos existissem, passariam a se comportar como partidos, apenas sujeitas a menos restrições legais. O significado real da lista seria reduzir as exigências para a criação de partidos.

Eleições custam caro e os candidatos de listas não poderiam concorrer com candidatos partidários. Difícilmente uma lista teria condições de eleger um deputado federal ou mesmo um estadual.

Apenas candidatos muito ricos poderiam usar as listas com sucesso. Elas seriam uma forma de eleger candidatos comprometidos com o poder econômico, mas livres da tutela dos partidos.

Sem a mediação de propostas universalistas, características dos partidos, uma lista de candidaturas avulsas reuniria interesses privados, ainda que legítimos. Isso estimularia os eleitos das listas a usarem os mandatos para defender interesses particulares.

Proposta de Mozarildo Cavalcanti (cima, à esq.) foi arquivada, com relatório desfavorável de Demostenes Torres. Governo de Getúlio Vargas (ao lado) proibiu candidaturas avulsas em 1945

Possibilidade já existiu no Brasil

A Constituição determina a filiação partidária como condição para elegibilidade, tornando impossível o registro de candidatos independentes. Mas nem sempre foi assim. Durante um curto período, admitiram-se candidaturas avulsas, porém a experiência foi abortada pelo segundo mais longo período de regime político fechado da história republicana brasileira – a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945).

Antes da Constituinte de 1934, o governo provisório que assumiu após a Revolução de 30, liderada por Vargas, promulgou o Decreto 21.076, em 1932, regulando as eleições. Essa lei de transição admitia duas espécies de partidos (permanentes e provisórios, que se formavam às vésperas dos pleitos, como as atuais coligações) e permitia as candidaturas avulsas.

Um candidato que não constasse na lista de partido algum poderia disputar os votos, desde que sua participação fosse requerida por um número mínimo de eleitores. Os partidos, portanto, não detinham a exclusividade na escolha de candidatos. O chamado "monopólio da representação" pelos partidos políticos só ocorreu a partir de 1945. E prevalece na legislação até os dias atuais.

Há menos de dois meses, a mesma CCJ que analisa a PEC de Paulo Paim rejeitou outra emenda constitucional (PEC 1/04), do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que também acabava com a obrigatoriedade da filiação partidária para registro de candidaturas para as eleições majoritárias. Apesar de ter reunido 28 assinaturas de apoio – inclusive de Marco Maciel (DEM-PE), que agora pede a rejeição da atual PEC –, a proposta foi arquivada.

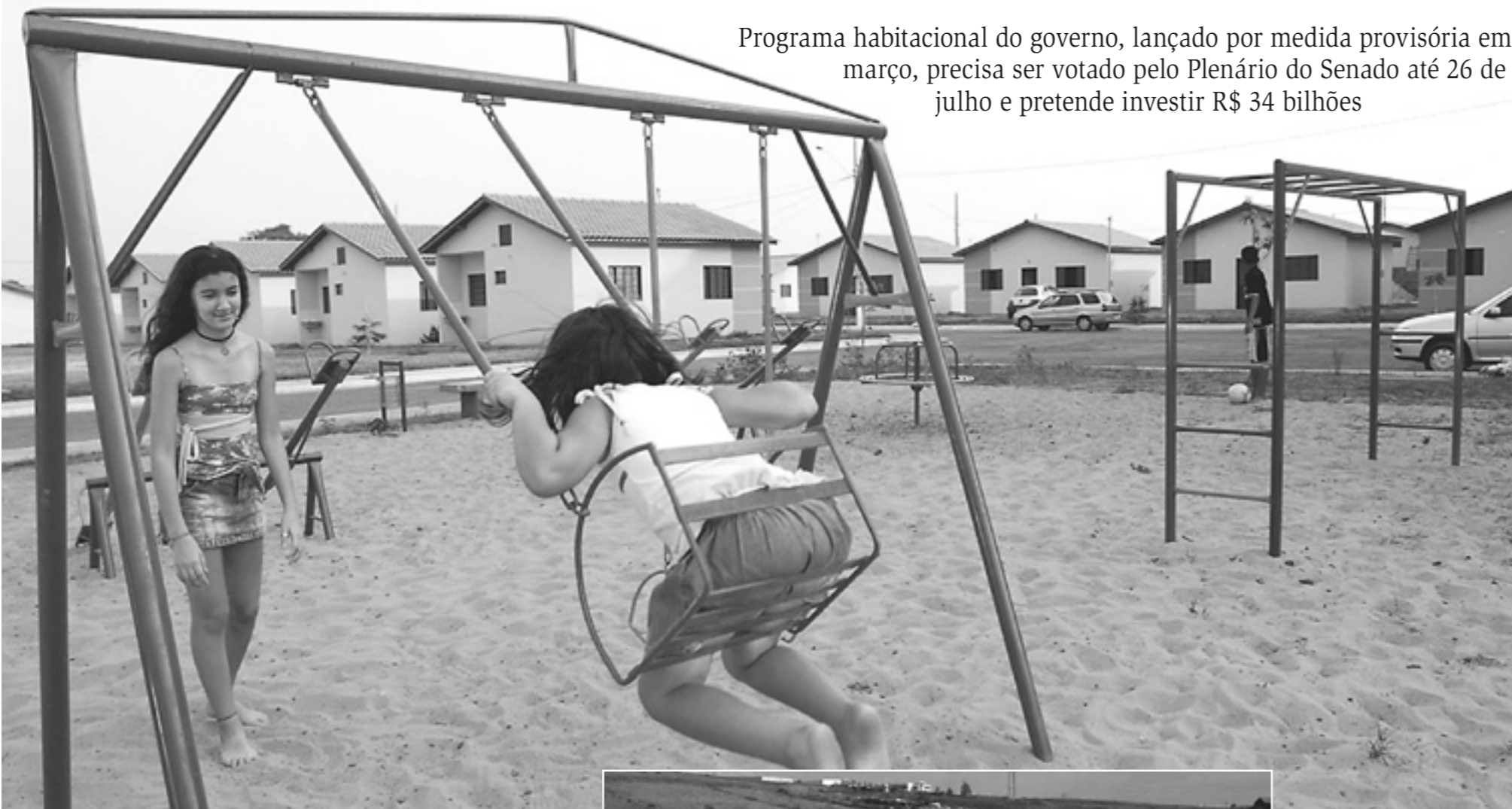
– Não procede a crítica mais comum à candidatura avulsa: teria como consequência o enfraquecimento dos partidos e, por extensão, do sistema representativo e da democracia como um todo. Retirar dos partidos o monopólio da representação implica, pelo contrário, ganho para a democracia, para os eleitores e, finalmente, para os próprios partidos – defendia Mozarildo.

No parecer contrário que decretou o arquivamento da PEC, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) disse que não lhe parece "oportuna nem conveniente, nas circunstâncias atuais do Brasil", a adoção das candidaturas avulsas. Alegou que, ao contrário, é preciso fortalecer os partidos.

– Vive-se uma circunstância em que não devem prosperar as propostas que, de alguma maneira, podem debilitar essa instituição essencial à democracia representativa, o partido político. Cabe ao povo, e em especial aos políticos, trabalhar pelo fortalecimento dos partidos e, talvez, esperar alguns lustros até que, mediante o exercício democrático cotidiano, a democracia brasileira alcance um patamar mais elevado.

Nova chance para ter a casa própria

Programa habitacional do governo, lançado por medida provisória em março, precisa ser votado pelo Plenário do Senado até 26 de julho e pretende investir R\$ 34 bilhões



O Plenário do Senado tem até 26 de julho para votar a Medida Provisória 459/09, com a qual o governo federal lançou, em março passado, um ambicioso programa habitacional que prevê investimentos de R\$ 34 bilhões em infraestrutura e financiamento de imóveis novos para famílias que ganhem até dez salários mínimos.

Depois de esgotado o primeiro prazo constitucional para votação, a MP teve a vigência prorrogada por 60 dias. Agora, se não for apreciada, perde a validade. Transformada no PLV 11/09 após alterações na Câmara, é o primeiro item da pauta do Plenário nesta semana e tem como relator o senador Gim Argello (PTB-DF).

O programa Minha Casa, Minha Vida contará com R\$ 25,5 bilhões da União e R\$ 8,5 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). É parte da estratégia do governo para combater a crise econômica, aquecendo a construção civil ao mesmo tempo em que facilita a compra da casa própria pelas classes de baixa renda.

As maiores novidades em relação ao Sistema Financeiro da Habitação são o subsídio para a compra da casa própria; a redução do valor ou até a dispensa da contratação de seguro, conforme a renda; a liberdade de escolha da seguradora pelo comprador; a redução das despesas cartorárias; e a obrigatoriedade de os cartórios fazerem o registro eletrônico dos imóveis.

10% da renda da família por um prazo de dez anos, o imóvel é quitado, independentemente do valor pago.

Mudança na MP inclui municípios menores

Um dos dispositivos da medida provisória original limita a execução do programa às capitais e regiões metropolitanas e aos municípios com mais de 100 mil habitantes, o que acabou por desagradar os prefeitos das pequenas cidades. A Câmara tratou de emendar o texto, permitindo o atendimento aos municípios menores e autorizando a União a aplicar até R\$ 1 bilhão em subsídios para as famílias com renda de até três salários mínimos nos municípios com população menor ou igual a 50 mil habitantes.

Também passam a ser permitidos, no texto em discussão pelo Senado, a compra de lote urbanizado pelo programa (desde que o comprador assumo o compromisso de iniciar a construção em até seis meses) e o financiamento de sistemas de aquecimento de água por energia solar para famílias com renda de até seis mínimos.

O prefeito de Barcarena (PA), João Carlos dos Santos Dias, argumenta que o município já ultrapassou em muito os 84.560 habitantes registrados no último censo do IBGE, mas que mesmo assim ficou de fora do programa. A cidade tem sério déficit habitacional e a expectativa em relação ao acesso ao Minha Casa, Minha Vida é grande.

— O que não pode acontecer é o Senado tirar a emenda que a Câmara fez ou o presidente vetar a mudança — torce o prefeito.



As maiores novidades do programa são o subsídio para a compra da casa própria e a redução do valor ou até dispensa do seguro. Cidades com menos de 100 mil habitantes, como Barcarena (foto menor), no Pará, foram incluídas com as emendas feitas na medida provisória pelos deputados

Projeto reduz contrapartida dos municípios

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto da ex-senadora Roseana Sarney para autorizar o governo a reduzir ou dispensar a contrapartida financeira exigida de estados e municípios que participam de programas habitacionais de interesse social. A proposta (PLS 331/06) se destina a beneficiar municípios com população inferior a 25 mil habitantes, de regiões do país que apresentem indicadores sociais e econômicos abaixo da média nacional.

Pelo texto, que sofreu emendas, serão beneficiadas com a flexibilização de regra para contrapartidas

— em recursos ou, eventualmente, em terrenos para os projetos — as áreas de menor desenvolvimento localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de áreas do Rio Grande do Sul que “convivem com carências análogas” — apesar de muitas pessoas acharem que naquele estado só existem “terras férteis e ricas”, como explicou o senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor da modificação.

A autora afirma que os municípios mais pobres não podem ser

constrangidos a aportar recursos orçamentários de que não dispõem. “É inaceitável”, afirma, “que fiquem privados de acesso a programas federais em decorrência dessa impossibilidade”.

Coube ao senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) ler o relatório favorável elaborado por Cícero Lucena (PSDB-PB), que não pôde comparecer. A matéria ainda será debatida na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa. De lá, se não houver recurso, irá direto para a Câmara dos Deputados.



Antonio Carlos Júnior (D) lê o relatório favorável ao projeto, na reunião da CAE. Emenda inclui as áreas pobres do Rio Grande do Sul

Construindo sonhos

O governo federal, em parceria com estados, municípios e iniciativa privada, pretende viabilizar a construção de 1 milhão de moradias para famílias de duas faixas de renda

Como funciona o programa

- 1 Estados e municípios fazem a triagem e cadastram as famílias
- 2 A União oferece recursos e pede a apresentação de projetos
- 3 Os construtores apresentam projetos ao agente financeiro
- 4 O agente financeiro contrata o projeto, acompanha a obra e financia para as famílias

Regras para construção

Preço máximo e descrição do imóvel para famílias com renda entre três e seis SM:

| | | | |
|---|--|--|--|
| R\$ 130 mil nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal | Apartamento com 42m² com sala, cozinha, área de serviço, banheiro, dois quartos | R\$ 80 mil nas demais localidades | Casa térrea com 35m² com sala, cozinha, banheiro, dois quartos, área externa com tanque |
|---|--|--|--|

Corretores sugerem incluir imóveis usados para ampliar o programa

O setor de construção civil já está lucrando com o forte interesse despertado pelo novo programa. Segundo o presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (Creci-SP), José Augusto Viana Neto, só na região metropolitana de Santos (litoral sul do estado) há mais de 78 mil inscritos, o equivalente a cerca de 20% da população da região.

Uma das vantagens, salienta, é que não só grandes empresas, mas principalmente pequenos construtores, têm aderido ao programa. Outro efeito positivo foi o aquecimento do mercado em outras faixas de renda, em razão do aumento de confiança das pessoas, com as promessas de investimentos do governo no setor.

Alguns corretores já detectam aumento do valor dos imóveis destinados às faixas de renda atendidas pelo programa. Como a oferta de imóveis novos desse tipo é pequena, eles tendem naturalmente a subir de preço com o aumento da procura.

Para Viana Neto, essa ainda não é uma realidade em São Paulo, até porque há limites de preço impostos pela MP (ver quadro). Outro antídoto



Viana Neto, do conselho de corretores de imóveis de São Paulo, diz que pequenos construtores têm aderido ao programa

sugerido por ele seria a inclusão no programa de imóveis usados.

— A oferta de usados é muito grande e a maioria já conta com infraestrutura. Não vemos motivos para que não possam ser financiados pelo programa. Incluir os usados minimizaria o problema enfrentado por estados e municípios, que é o de oferecer terrenos com infraestrutura para a construção.

Sonhos antigos sendo realizados

O soldado Rafael de Oliveira, do Corpo de Bombeiros de Campinas (SP), prepara-se para casar assim que seu apartamento estiver pronto, em janeiro de 2011, quando dará uma entrada de R\$ 22 mil e começará a pagar R\$ 720 por mês de prestação.

O apartamento de Rafael é apenas um dos 1.378 negócios financiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida até 13 de maio, somando R\$ 61,8 milhões para a

compra de casas e apartamentos, segundo a Caixa Econômica Federal.

O casal Laerte e Vaniela Lopes, vendedor e dona de casa de Valinhos (SP), também está comemorando. Eles sonhavam com a casa própria desde o casamento, há cinco anos, mas, diante da permanente dificuldade de fazer um pé de meia, imaginavam que levaria ainda muito tempo para realizar o projeto, concretizado neste mês.

Regras para participação

| Renda de até R\$ 1.395 (3 salários mínimos) | Renda de até R\$ 4.645 (10 salários mínimos) |
|---|---|
| Documentos pessoais | Documentos pessoais e declaração do Imposto de Renda |
| Comprovação de renda (formal ou informal) | Idem |
| Inscrição no Cadastro Único | Idem |
| Não ter sido beneficiado por programas de habitação social do governo | Não ter recebido a partir de 1/5/05 desconto do FGTS para financiamento habitacional |
| Não possuir casa própria ou financiamento em qualquer estado | Não possuir financiamento do SFH em qualquer estado e não ter imóvel na cidade onde está comprando (e na qual deve morar) |
| Financiamento de 100%, com prestação equivalente a 10% da renda durante 10 anos, com prestação mínima de R\$ 50, corrigida pela TR (Taxa Referencial) | Financiamento de até 100%, com prestação de acordo com o valor financiado (máximo 20% da renda) e prazo de até 30 anos |
| 1ª prestação na entrega do imóvel e isenção das despesas de cartório | 1ª prestação na entrega do imóvel e redução das despesas de cartório |
| Registro do imóvel em nome da mulher | Análise da capacidade de pagamento e cadastral (Serasa/Banco Central, SPC e Cadin) |
| Subsídio: R\$ 23 mil | De 3 a 4 SM: R\$ 16 mil De 4 a 5 SM: R\$ 9 mil De 5 a 6 SM: R\$ 2 mil Acima de 6 SM: não há subsídio |
| Sem entrada e sem pagamento durante a obra | Entrada opcional e pagamento mínimo durante a obra conforme a renda |
| Juros de 5% ao ano + TR | De 5 a 6 SM: juros de 6% a.a. + TR De 6 a 10 SM: juros de 8,16% a.a. + TR |
| Sem pagamento de seguro | Seguro com valor reduzido |
| Sem cobrança de seguro | Contribuição para o Fundo Garantidor da Habitação de 0,5% da prestação |

Após 70 anos de tentativas, déficit é enorme

O déficit habitacional brasileiro tem sua origem na urbanização do país, que começou a se acelerar a partir de 1940. Enquanto naquele ano 26,3% das pessoas viviam nas cidades, em 1980 esse número já era de 68,86% e, em 2000, chegava a 81,2%. Em valores absolutos, a quantidade de habitantes das cidades saltou de 18,8 milhões para 138 milhões em 60 anos. Foram várias as políticas e órgãos criados para enfrentar o problema mas, passados mais de 70 anos das primeiras ações, o déficit habitacional ainda gira em torno da 7,9 milhões de moradias (ver quadro).

Ainda nos anos 30 começaram as tentativas de resolver o problema, com a permissão para os institutos de aposentadoria e pensões (IAPs) das diferentes classes trabalhistas criarem suas carteiras imobiliárias. Mas o problema persistia, porque eles não atingiam famílias de menor renda.

Em 1946, foi criada a Fundação da Casa Popular, o primeiro órgão nacional voltado exclusivamente para a venda de casas à população de baixa renda, porém sem resultados efetivos. Criados em 1964 com o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da caderneta de poupança, o Sistema Financeiro da



Pequenas casas populares em área ainda carente de infraestrutura: acelerada urbanização do país agravou o déficit habitacional

Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH) financiaram, durante 22 anos, a construção de 4,3 milhões de unidades novas, das quais 2,4 milhões para o setor popular e 1,9 milhão para a classe média. Se for considerado o período até 2000, pois o SFH continuou funcionando após a extinção do BNH, em 1986, foram financiados cerca de 6,5 milhões de unidades habitacionais.

Em 1986 o BNH foi extinto e a Caixa Econômica Federal assumiu suas atribuições, mas o endividamento e a incapacidade de financiar novos projetos manteve a crise. No governo Collor, no início dos anos 1990, o confusão das cadernetas de poupança comprometeu severamente a política habitacional.

Metrópoles detêm 28,5% da carência

O déficit habitacional de 7,9 milhões concentra-se nas áreas urbanas, em especial as metropolitanas (28,5%). Embora as regiões Sudeste (37%) e Nordeste (33,7%) sejam as mais deficitárias, a primeira tem uma carência essencialmente urbana (responsável por 42,8% do déficit urbano do país) e a segunda responde por 60,8% da deficiência habitacional no ambiente rural brasileiro.



debates

Lúcia Vânia: governo vê Peti com "má vontade"

Senadora teme que Programa de Erradicação do Trabalho Infantil seja incorporado ao Bolsa Família, perdendo sua função educacional

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apontou "má vontade" do governo federal com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), do qual ela foi uma das idealizadoras durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Em discurso em Plenário, disse considerar que o governo Luiz Inácio Lula da Silva tem feito uma avaliação equivocada do programa.

Ela afirmou que repasse de verbas federais para os municípios está atrasado e chegou-se a pensar na possibilidade de incorporar o Peti ao Bolsa Família, a exemplo do que ocorreu com outros programas como o Bolsa Escola, o Vale-Gás e o Cartão Alimentação.

A parlamentar explicou que o Peti não pode ser confundido com programas "assistencialis-



Lúcia Vânia explica que o Peti vincula pagamento de bolsa à frequência escolar e oferece turno ampliado de aulas e atividades extracurriculares às crianças

tas", pois, como disse, vai além disso ao oferecer uma bolsa de R\$ 25 por criança, nas áreas rurais, e de R\$ 40, nas cidades, condicionada à frequência regular à escola. O programa oferece também uma jornada ampliada no turno complementar, com

almoço e merenda especiais, aulas de reforço escolar, atividades culturais, esportivas e de lazer às crianças atendidas.

– O Peti procura recuperar a autoestima da família e valorizar a educação – justificou a senadora.

Adelmir quer novas regras para cartões de crédito

Adelmir Santana (DEM-DF) solicitou aos senadores apoio para uma tramitação mais acelerada de três projetos que apresentou para regular o mercado de cartões de crédito e débito. Ele observou que suas propostas buscam corrigir problemas idênticos aos apontados em estudo conjunto do

Ministério da Fazenda, Banco Central e Ministério da Justiça – que deve servir de base a projeto de lei que o governo pretende encaminhar ao Congresso na tentativa de garantir maior competitividade ao setor e reduzir custos em benefício de lojistas e consumidores.

– O que eu quero chamar a atenção é que já estamos, desde 2007, com esses projetos, atendendo a todas essas exigências, todos esses preceitos – salientou.

Entre os problemas do setor estão, segundo Adelmir, a excessiva taxa de juros e a proibição de descontos para pagamento à vista.



Senador pediu votação de três projetos seus sobre o assunto

Paim: MP 464 não basta para socorrer exportador

A medida provisória que autoriza a União a transferir R\$ 1,9 bilhão para estados e Distrito Federal como compensação por perdas relativas à Lei Kandir, na opinião do senador Paulo Paim (PT-RS), não vai resolver os problemas enfrentados pelos exportadores brasileiros.

A Lei Kandir isenta as exportações do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Para reduzir a perda que isso provoca nas receitas estaduais, a medida provisória (MP 464/09) realiza uma compensação financeira. A medida também autoriza a União a participar de fundos de até R\$ 4 bilhões como forma de garantir uma linha de crédito aos micros, pequenos e médios empresários.

Definindo tal norma como uma espécie de seguro para compensar inadimplências no setor, Paim disse que essa é uma das importantes reivindicações dos exportadores, mas não resolve todas as dificuldades enfrentadas. Entre elas, mencionou medidas protecionistas adotadas por China e Argentina, que prejudicam as exportações brasileiras. Paim destacou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem editado importantes medidas anticrise, mas "ainda insuficientes".

– Precisamos ampliar nossa capacidade competitiva, mas para isso é necessário investimentos e desoneração – sustentou.

Mozarildo pede prioridade para Amazônia na agenda nacional

A inclusão dos problemas sociais da Amazônia como uma das prioridades na agenda nacional foi defendida por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador ressaltou que quase 24,5 milhões de pessoas vivem na região. Para Mozarildo, a Amazônia requer investimentos "pesados" em educação, uma vez que concentra uma população de 9,2 milhões de jovens de 0 a 17 anos. Ele informou que, segundo relatório da Unicef, em 2006, 160 mil crianças de 7 a 14 anos estavam fora da escola nos estados da Amazônia Legal.

O senador defendeu a regularização fundiária da região e criticou a atriz Christiane Torloni, que coleta assinaturas para um



Senador defende regularização fundiária e combate aos problemas sociais da região, sobretudo na área de educação

manifesto em prol da defesa da floresta. Segundo Mozarildo, o modo como se pretende preservar a Amazônia não possibilita seu desenvolvimento.

João Pedro presta solidariedade a índios da Amazônia peruana

João Pedro (PT-AM) prestou solidariedade aos povos indígenas da província de Bagua, no Peru. No dia 5, nove índios foram mortos num confronto com a polícia local, de acordo com os números oficiais. Os indígenas – que pressionavam pela revogação de leis editadas em 2008 que facilitam investimentos na Amazônia peruana – afirmam que as mortes passam de 30.

O senador disse que as leis a que se opõem os manifestantes

facilitam a exploração do petróleo, de madeira e de minerais e atendem aos interesses das empresas norte-americanas.

O parlamentar defendeu, em contraponto, a adoção de políticas modernas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, a partir do investimento em pesquisa voltada para a região.

– Eu espero que do que aconteceu lá no Peru, nós aqui no Brasil tiremos lições.

Zambiasi clama por proteção para oceanos

Ao comemorar o Dia dos Oceanos, celebrado em 8 de junho, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu a aprovação de uma rígida legislação para proteger a fronteira marítima. Segundo o senador, preservar o Oceano Atlântico, com a adoção de normas de pesca sustentável, significa proteger a biodiversidade marinha, o comércio e o turismo, ajudar na regulação do clima e abrir novas fronteiras energéticas vinculadas à exploração de gás, petróleo e energia elétrica produzida pelo movimento das marés.

Mão Santa lamenta evasão escolar no Piauí

O Piauí está entre os estados que apresentam maior taxa de evasão escolar, informou Mão Santa (PMDB-PI). De acordo com pesquisa realizada pelo Unicef, disse o senador, dos 121.727 alunos matriculados na primeira série no estado, apenas 43.660 concluem o ensino fundamental. Mão Santa leu reportagem segundo a qual muitos estudantes a partir dos 13 anos precisam trabalhar e, por isso, estudam no período noturno, mas chegam sempre cansados às aulas e desistem da escola.

homenagem

Parlamentares lembram os 144 anos da Batalha Naval do Riachuelo

A Batalha do Riachuelo, da qual saiu vitoriosa a esquadra brasileira em 11 de junho de 1865, é considerada fundamental para a vitória dos países da Tríplice Aliança – Brasil, Uruguai e Argentina – na Guerra do Paraguai (1864-1870). O episódio foi lembrado em sessão do Congresso na terça-feira. Para Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a batalha representa

uma das datas mais importantes da história do Brasil. Nesse dia, observou ele, foi dado passo decisivo para garantir a integridade do país e impedir que a ditadura do paraguaio Solano Lopes chegasse a outros pontos da bacia do Rio da Prata. Roberto Cavalcanti (PRB-PB) fez avaliação semelhante:

– Se o Paraguai vencesse, teria o acesso ao mar e, assim, teria

como assegurar armas e suprimentos e quaisquer meios necessários para continuar avançando em seu intento de conquista.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que patriotismo, bravura e competência marcaram a Batalha do Riachuelo e definiram a vitória brasileira. José Nery (PSOL-PA) aproveitou a sessão para defender o fortalecimento da Marinha para

a defesa da pátria, da soberania e para a guarda das instituições nacionais.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que a maior homenagem que os parlamentares podem prestar aos heróis da Batalha do Riachuelo é votar os projetos que ajudam a reduzir as dificuldades enfrentadas pelas Forças Armadas. Mão Santa (PMDB-PI) também cobrou do

governo Luiz Inácio Lula da Silva mais atenção aos militares.

Participaram da sessão os chefes do Estado-Maior da Armada, almirante Aurélio Ribeiro da Silva Filho; do Exército, general Darke Nunes de Figueiredo; de Defesa, almirante João Afonso Prado Maia de Faria, além do comandante da Aeronáutica, tenente brigadeiro-do-ar Juniti Saito.

institucional

Boletins estão sendo publicados com transparência, diz Sarney

Presidente do Senado nega que nomeação de seu neto tenha sido secreta e afirma que boletins secretos foram descobertos por comissão criada para dar transparência à administração da Casa

O presidente do Senado, José Sarney, assegurou que todos os boletins administrativos da Casa estão sendo publicados com absoluta transparência. Ele disse que a informação de que havia boletins administrativos secretos é exatamente consequência do trabalho da comissão que o 1º secretário Heráclito Fortes (DEM-PI) nomeou para dar transparência à administração da Casa.

Ao noticiar que havia 300 atos secretos armazenados no Senado, o jornal *Estado de S. Paulo* informou que, entre esses, estava a nomeação e a exoneração de um neto de Sarney, João Fernando Michels Gonçalves Sarney, que teria trabalhado no gabinete do senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA). Segundo Sarney, esse ato de nomeação não foi



Sarney ressalta que não pediu nomeação do neto João Fernando a Cafeteira

secreto e Cafeteira é livre para constituir seu gabinete como quiser.

– O que posso dizer é que os jornais hoje estão trabalhando sobre uma informação total-

mente inexata, de que teria sido nomeado um neto meu num boletim secreto. Está aqui o boletim, do dia 1º de fevereiro de 2007, publicado aqui no Senado – informou.

Sarney frisou sua preocupação em administrar o Senado com transparência e em cumprir as normas que exigem a publicidade dos atos oficiais. Também sublinhou que não pediu a nomeação do neto a Cafeteira.

Sobre o intervalo entre a assinatura desses atos administrativos e sua publicação oficial, Sarney sustentou que isso não ocorrerá mais.

– Isso vai acabar totalmente. A partir de agora, nenhum boletim pode fugir à nossa rede de publicação. Todos eles serão publicados com absoluta trans-

parência – afirmou o presidente do Senado.

Heráclito Fortes explicou que remonta a gestões anteriores a prática de assinar atos administrativos sem dar-lhes a publicidade oficial exigida pela Constituição.

– Eu não tenho, e nem a Mesa diretora do Senado tem, compromisso com o erro – disse o 1º secretário.

O senador observou que “não parece que são atos suplementares e sim secretos e é com isso que queremos acabar”.

– Vamos ter todo o cuidado e rigidez no sentido de apurar e punir os culpados. Boletins administrativos, que gerem despesa de pessoal ou despesa de qualquer natureza, têm que ter publicidade – disse o senador, ao salientar que a comissão criada para fazer as apurações também apresentará providências a serem tomadas.

presidência

Retorno a Brasília e retomada dos trabalhos na Casa

O presidente do Senado, José Sarney, retornou a Brasília e, na segunda-feira da semana passada, retomou os trabalhos da Casa.

O senador se encontrava em São Paulo, acompanhando a recuperação de sua filha, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, que se submeteu a cirurgia para a contenção de um aneurisma cerebral no Hospital Israelita Albert Einstein, no dia 3.

Roseana assumiu o governo maranhense em 17 de abril, após a cassação do governador eleito Jackson Lago. Ela foi submetida a um procedimento definido como clipagem – técnica que isola a bolha que provocou a dilatação da artéria cerebral. No dia 5, deixou a Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Roseana teve alta no dia 8, data na qual José Sarney retornou a Brasília.

Simon: Plenário deve votar atos administrativos

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a sugerir sexta-feira, em entrevista, que o Senado realize mensalmente uma sessão administrativa destinada a examinar questões como viagens de senadores, execução de obras em gabinetes, remuneração de servidores e outras normas relativas ao funcionamento da Casa.

A ideia de uma sessão administrativa mensal já foi objeto de projeto (PRS 46/99) de Simon em 1999. A iniciativa terminou sendo arquivada em 2007 pela Comissão de Constituição e Justiça. Ele disse que poderá reapresentar a proposta.

Na sessão de quarta-feira, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), indagou à Mesa sobre a existência ou não de atos secretos, como boletins administrativos não publicados, no

período em que Agaciel Maia foi diretor-geral, conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*. O parlamentar lembrou depoimento no qual o ex-diretor-geral negou a existência da prática.

– É forçoso dizer que, ou o

Heráclito Fortes afirma que nada ficará sem esclarecimento

ex-diretor-geral mentiu quando afirmou não conhecer atos secretos assinados durante sua gestão, ou o jornal mentiu em sua publicação e deve ser processado por difamação.

Em resposta, o 1º secretário da Casa, senador Heráclito Fortes, disse que, ao ficar sabendo

da existência de um “boletim administrativo suplementar”, que não teria uma divulgação pública, formou uma comissão de funcionários para levantar o teor desses atos e providenciar sua publicação.

– Não deixaremos nada sem esclarecimento – assegurou Heráclito.

Na opinião do líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), se de fato existem boletins secretos, todos devem ser anulados pela Mesa.

Efraim Morais (DEM-PB), 1º secretário entre 2005 e 2008, disse não haver boletins secretos durante sua gestão.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou ter apresentado projeto determinando que o Senado e todos os seus órgãos correlatos sejam obrigados a tornar públicos nomeações, promoções e salários de seus funcionários.

Cidadãos relatam reflexo da legislação sobre suas vidas

Será lançada nesta quarta-feira, às 11h30, pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, a campanha “O Congresso faz parte da sua história”, com o relato de pessoas que foram diretamente beneficiadas com leis aprovadas pelo Congresso. Depoimentos de cidadãos sobre o impacto das decisões tomadas pelo Legislativo em suas vidas estarão em exibi-

ção no Salão Negro e disponíveis para *download*.

Com o slogan “Mudou para você, mudou para o Brasil”, a campanha traz depoimentos como o do publicitário Nelson Dantas, sobre o Código de Trânsito Brasileiro. “Eu estava correndo e pensei: por que estou sem cinto de segurança? Naquela adrenalina, fui lá e coloquei o cinto. Questão de 15 segundos depois, sofri o acidente.”

COLUNA PRESTES

O livro que registra a passagem da Coluna Prestes pelo Piauí, na segunda metade da década de 1920, é destaque no estande do Senado em salão literário daquele estado. A obra, do jornalista Chico Castro, recupera documentos e depoimentos de testemunhas do episódio.

REPÚBLICA

Em homenagem aos 120 anos da Proclamação da República, o Senado realiza o 2º Concurso de Redação com o tema “Muito prazer, sou cidadão de uma república chamada Brasil”. O público-alvo são alunos dos dois últimos anos do ensino médio regular das escolas públicas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez, e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

resenha

TV debate propostas para a reforma política

Outro especial, que a emissora leva ao ar no próximo domingo, apresenta um retrato da crise financeira mundial e as oportunidades para superá-la

A reforma política é tema de programa especial inédito produzido pela TV Senado que vai ao ar no sábado, às 20h30. As mudanças no sistema de representação brasileiro são consideradas necessárias, mas estão longe de gerar um consenso entre os partidos e entre parlamentares.

No programa estão em debate temas como a redução do número de partidos, a criação de listas fechadas de votação e o

financiamento público exclusivo de campanha.

Nessa reportagem, a TV Senado mostra por que a reforma política mais uma vez corre o risco de ficar para uma próxima oportunidade.

Para valer nas eleições de

Reportagem especial
TV Senado
Sábado, 20/6, às 20h30

2010, qualquer alteração deve ser transformada em lei um ano antes do pleito.

Outro especial, dessa vez no domingo, à 1h30 e às 14h, o programa *Repórter Senado* debate a crise econômica mundial. Durante quatro meses, a TV Senado ouviu produtores, consumidores e especialistas dos mais diversos setores da sociedade brasileira para fazer um retrato da crise e identificar oportunidades para deixá-la para trás.

Crédito para trabalhadores rurais de baixa renda

No *Fique por Dentro da Lei* da próxima semana será entrevistado o coordenador do Programa Nacional de Crédito Fundiário, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ademar Lopes de Almeida. Ele vai falar sobre as duas linhas de financiamento disponíveis para trabalhadores

rurais adquirirem terra.

Ademar Lopes explicará as formas de acesso a um dos créditos, destinado a agricultores rurais com renda anual de até R\$ 15 mil e patrimônio de, no máximo, R\$ 40 mil. Falará também dos recursos destinados ao combate da pobreza rural, que têm como

destinatários trabalhadores com renda anual de até R\$ 9 mil.

Fique por Dentro da Lei
Senado FM e OC: segunda-feira, 15/6, às 10h
Internet: segunda-feira, 15/6

Quem é dono do texto jornalístico?

O presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual dos Jornalistas Profissionais, Paulo Canabrava Filho, é o entrevistado do repórter Rogério dy la Fuente no programa da Rádio Senado *Estação da Mídia*. Canabrava é defensor da ideia de que o jornalista é dono dos

direitos de comercialização do trabalho que produz.

Estação da Mídia
Senado FM: terça-feira, 16/6, às 7h30
Internet: terça-feira, 16/6

CRESCIMENTO DAS CIDADES

O *Senado Economia* entrevista Valter Caldena, diretor da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie, de São Paulo. Ele fala sobre os prejuízos que o crescimento descontrolado das cidades acarreta à economia e à saúde das pessoas. O programa vai ao ar nesta segunda-feira, às 7h30.

Livros trazem inventário de cidades históricas do Brasil

Qualquer país do mundo possui duas riquezas primordiais: o seu povo e o seu patrimônio cultural, seja material – como bens imóveis (núcleos urbanos, sítios arqueológicos) e móveis (acervos museológicos, documentais, bibliográficos, fotográficos etc.) – ou imaterial – práticas, expressões, conhecimentos e técnicas, assim como instrumentos, artefatos e localidades reconhecidas como parte integrante da cultura.

Devido à importância do tema, o Conselho Editorial do Senado e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) publicaram pela Edições do Senado Federal quatro volumes que registram um pouco do inventário e da pesquisa sobre os bens culturais materiais brasileiros.

Na série “Cidades Históricas – Inventário e Pesquisa”, o volume 82, *Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos Tombados*, divulga parcela do trabalho necessário à preservação do patrimônio cultural e informações sobre oito cidades históricas.

Os inventários pretendem ser uma ação de preservação do patrimônio, além de permitir o acesso e a produção de conhecimento sobre bens imóveis e sítios urbanos tombados. Nesse volume estão registrados 65 sítios urbanos tombados pelo Iphan.

Três volumes (83 a 85) dedicam-se exclusivamente a cidades históricas – Tiradentes (MG), Parati (RJ) e São Luís (MA). Reunindo trabalhos de preservação de levantamentos



PEDRO CARRETEIRO/FICKR

de fontes documentais desses sítios históricos, destaca-se o livro sobre a cidade de São Luís, a partir de uma metodologia e pesquisa próprias, registrando rua por rua, casa por casa, os bens tombados da capital do Maranhão.

Em todos os volumes, há pormenorizado registro, em particular com belas fotos, de edificações públicas e privadas, seu uso anterior e atual, gabarito, área do lote e de projeção e estado de conservação, além de mapas e uma introdução histórica-urbanística.

Os quatro volumes da série “Cidades Históricas” constituem um dos mais relevantes registros do patrimônio cultural brasileiro.

ALEXANDRE GUIMARÃES

Consultor legislativo do Senado Federal

Esse e outros livros publicados pelo Senado podem ser adquiridos por meio da livraria virtual, no endereço www.senado.gov.br/livraria, ou pelo e-mail livros@senado.gov.br



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - EcoSenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - EcoSenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - EcoSenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao país dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - EcoSenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado (reprise)
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: ¾

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Previdência Social

O alardeado déficit da Previdência Social de que o governo Lula e seus aliados tanto se queixam pode ser comparado à justificativa do governo Bush para invadir o Iraque, de que aquele país teria armas atômicas de destruição em massa, arsenal que os emissários da ONU nunca encontraram.

Mario Antonio de Almeida, de Araçatuba (SP)

Corrupção

O uso irregular de verbas no Parlamento britânico derrubou seu presidente, uma demonstração de seriedade e respeito ao erário, à população britânica e ao mundo. Enquanto isso, no Brasil, vemos exatamente o contrário: desmandos e irregularidades sendo varridos para debaixo do tapete da impunidade. O exemplo [britânico] deveria ser seguido pelos nossos deputados e senadores.

Sérgio Andrekowicz, de União da Vitória (PR)

Meio ambiente e agronegócio

Há consenso entre meio ambiente e agronegócio? O estudo da Embrapa [que aponta limitação de espaços para o desenvolvimento da agropecuária] não me pareceu confiável. Outros estudos mostram que o Brasil dispõe de 300 milhões de hectares disponíveis para o agronegócio. A questão é simples: desenvolvimento com sustentabilidade. É preciso ter cuidado para alterar o Código Florestal, pois o meio ambiente deverá ficar em primeiro lugar, ou as futuras gerações não conhecerão nossas florestas.

Márcia Costa Veit, de Caçapava (SP)

Produtor rural

Felicitações à senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), pelo enorme esforço no sentido de mudar e melhorar a imagem do

produtor rural brasileiro, grande setor responsável pelo nosso desenvolvimento.

Marcos Paulo Quaresma de Menezes, de Brasília (DF)

Pedofilia

Registro os meus sinceros votos de respeito ao senador Magno Malta (PR-ES) e a todo o Senado pela incansável luta por meio da CPI, a fim de erradicar da nossa sociedade esse terrível crime que é a pedofilia. É preciso que o Senado, além da CPI, possa também fazer leis mais severas como punição para esse tipo de crime. É também importante promover a assistência psicológica e espiritual às crianças e familiares.

Manoel da Silva Bispo, de Feira de Santana (BA)

Incentivo à ciência

Gostaria de parabenizá-los pela reportagem sobre a produção científica no Brasil – publicada na última edição do mês de maio – e também aos políticos Valdir Raupp e Hélio Costa, que defendem projetos que incentivam o desenvolvimento científico em nosso país.

Luiz Gustavo Martins Figuerêdo, de Montes Claros (MG)

Pessoa com deficiência

Sugiro um projeto de lei que garanta ao acompanhante de pessoa com deficiência o direito de viajar gratuitamente em viagens interestaduais. O deficiente, principalmente visual, quando se desloca para outros estados, encontra muitas dificuldades e constrangimentos.

Gilvan Santos Pereira, de Teresina (PI)

Passagens a congressistas

Manifesto minha indignação ao ver o uso das cotas de passagens por parentes de senadores e deputados. Eu pago impostos para gerar renda no Brasil e ver o PIB do país crescer.

Isaias Magalhães, de Uberlândia (MG)

frases



Particularmente, acho que eles [os jornalistas] tinham razão

Aloizio Mercadante, ao informar que a Petrobras decidiu não mais divulgar antecipadamente as perguntas encaminhadas à empresa por jornalistas.

Não são leis que podem sanear a vida política nacional. Não são apenas leis, livrando-a do crescente avanço da corrupção, mas a forma de eleição e de escolha dos dirigentes, pois só eleições limpas geram eleitos limpos

Garibaldi Alves, defendendo a reforma política.

Essa briga pela relatoria da CPI é conversa para boi dormir. Não há razão para não instalar a não ser o medo que o governo tem da investigação

Sérgio Guerra, em defesa da instalação da CPI da Petrobras.

Faça, Lula, agora! Faça agora, que o país tomou o seu rumo novamente, que não tem mais crise! Vamos caminhar em direção à rampa do Planalto e ficar esperando o presidente entrar, todos os aposentados deste país

Mário Couto, ao apelar para que o veto ao reajuste de aposentados e pensionistas seja apreciado pelo Congresso Nacional ainda em junho.

Se alguém quer defender pirataria, fale abertamente, mas não de maneira sorrateira

Eduardo Azeredo, rebatendo a comparação feita pela imprensa do projeto de sua autoria que criminaliza ações pela internet ao AI-5, instrumento de repressão editado na ditadura militar.



JANE ARAÚJO



Entramos por último e vamos sair primeiro desta crise

Ideli Salvatti, para quem o recuo no produto interno bruto (PIB) de 0,8% foi “muito melhor do que os mais pessimistas dos pessimistas imaginavam”.

Promover tiroteio de fuzil onde moram pessoas, matando crianças e inocentes, é uma insensatez

Marcelo Crivella, ao condenar os tiroteios entre a polícia e os traficantes que ocupam comunidades carentes no Rio de Janeiro na semana passada.

Começo a ficar preocupado com a sanidade mental desse ministro

Mozarildo Cavalcanti, sobre a gestão do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

GERALDO MAGELA



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

Reforma tributária pode ajudar a combater a crise?

Com a grande demanda por automóveis novos devido à redução do IPI, não seria o caso de levar adiante uma reforma tributária para enfrentar a crise no país?

Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP)

O senador **Arthur Virgílio (PSDB-AM)** responde:

Prezado Juvêncio, isso deixa evidente o quanto o governo errou ao não fazer a reforma tributária tão almejada pelas classes produtoras e trabalhadoras. Não o fez porque a economia internacional favoreceu o bom desempenho da economia brasileira, propiciando excelente nível de arrecadação. Com isso, o governo não se interessou por fazer alterações na sistemática de arrecadação e distribuição de tributos. Como estava, era-lhe altamente favorável, na medida em que as contribuições não são compartilhadas com os demais entes da Federação. E usou a

excelente arrecadação para ampliar gastos com custeio da máquina administrativa. O governo perdeu a chance de promover uma reforma que desonerasse a população e agora, diante da crise mundial que se abate também sobre a economia brasileira, tem de fazer concessões pontuais, como essa para veículos. Acredito que se fizesse concessão no Imposto de Renda das pessoas físicas o efeito seria muito mais abrangente porque atenderia a todas as classes sociais, inclusive a produtora.



GERALDO MAGELA

Higiene pessoal, o caminho da boa saúde

As regras básicas de higiene pessoal podem não ser tão óbvias quanto parecem e mantê-las é fundamental para prevenir doenças ou evitar situações constrangedoras. Esta edição do *Especial Cidadania* traz recomendações para a higiene pessoal básica, que incluem cuidados

com a saúde oral. Na próxima semana, a sessão vai abordar aspectos da higiene doméstica e dos alimentos. O livro *Passado a limpo – História da higiene pessoal no Brasil*, é um exemplo da importância do assunto. Em entrevista à TV Cultura, o autor da obra, jornalista Eduardo

Bueno, declarou que “já está comprovado que não foram somente o ferro, o aço e a pólvora que ajudaram os europeus a conquistar o Novo Mundo, mas também os germes e os vírus trazidos com eles que, no Brasil, dizimaram povos indígenas”.

Medidas simples evitam graves problemas

O escritor Eduardo Bueno salienta que os portugueses que chegavam ao país tinham como costume tomar poucos banhos por ano, o que contrastava com o hábito dos indígenas de vários banhos diários. Ele considera que o “reinado da sujeira” no país, iniciado em 22 de abril de 1500, “demorou muito tempo pra acabar”. “O Brasil só começa a ficar um pouco mais limpo na década de 1950”, diz Bueno, que, no entanto, rebate a ideia da sujeira diretamente ligada ao processo civilizatório. “Quando a humanidade se tornou civilizada, seus primeiros povos – egípcios, assírios, babilônios – eram limpíssimos, asseados. A limpeza tinha uma conotação religiosa”, afirma, ao notar que, com a derrocada do Império Romano, o início da Idade Média e a ascensão da Igreja, “a imundície começa a prosperar”.

A palavra higiene é de origem grega (*hygeinos*) e significa “o que é saudável”, derivando da deusa grega da saúde, Hígia. De acordo com a publicação *Higiene e comportamento pessoal*, do Serviço Social do Comércio (Sesc), trata-se de toda ação praticada para manter a saúde física e mental e prevenir doenças. A cartilha ressalta a importância de dar especial atenção às boas práticas de higiene, pois muitos microrganismos habitam o nosso corpo. Para mantê-lo sob controle, é preciso seguir as seguintes regras:

☞ **Tomar banho diariamente,**

usando de preferência sabonete neutro. Após o banho, é preciso assegurar que os espaços entre os dedos, a virilha e outras dobras do corpo estejam bem limpos e secos. Banhos mal tomados ou a ausência deles podem levar ao aparecimento de vermelhidão na pele, odor desagradável, piolhos, sarna, micoses, seborreia, infecções urinárias e corrimento vaginal. O banho de ducha é o mais higiênico.

☞ **Lavar as mãos** depois de utilizar o sanitário, tossir, espirrar ou assoar o nariz; de usar panos ou materiais de limpeza; de recolher lixo ou outros resíduos; sempre que tocar em sacarias, caixas, garrafas, sapatos, etc; depois de manusear alimentos crus ou não higienizados; antes das refeições; depois de tocar em alimentos es-

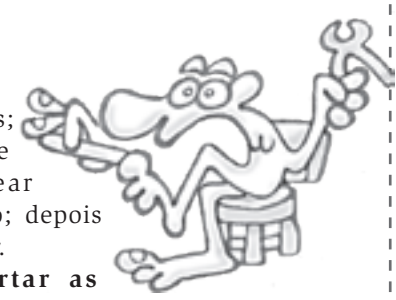
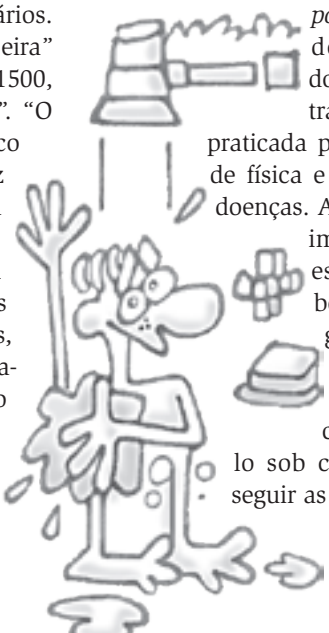
tragados; depois de manusear dinheiro; depois de fumar.

☞ **Cortar as unhas** e mantê-las sempre limpas. Evite roer unhas ou mesmo colocá-las na boca, pois a sujeira que fica debaixo das unhas pode dar origem a verminoses e outras doenças intestinais.

☞ **Lavar os cabelos** no mínimo duas vezes por semana para evitar o acúmulo de poeira e gordura nos fios, além de cortá-los periodicamente.

☞ **Usar roupas e calçados limpos** e confortáveis e adequados à temperatura ambiente.

☞ **Vestir roupas íntimas de algodão** para não reter o suor e evitar o mau cheiro, além de trocá-las diariamente. Evite usar roupas justas e de fibras sintéticas.



Saúde bucal, um capítulo à parte

Manter uma boa higiene bucal é importante para ter dentes saudáveis, falar bem e mastigar corretamente os alimentos. Ter bons hábitos, como a escovação e o uso do fio dental, é a maneira mais econômica e menos dolorida de cuidar da saúde oral e diminuir o risco de cáries, gengivite e outros problemas bucais.

A cárie é a deterioração do dente, e é influenciada pelo estilo de vida da pessoa: alimentação, cuidados com os dentes, presença de flúor na água ingerida e no creme dental, além da hereditariedade. A gengivite começa com uma inflamação da gengiva e é causada pela placa bacteriana – uma película incolor de bactérias que se forma, de maneira constante, nos dentes e na gengiva.

Veja as medidas simples que podem ser tomadas para diminuir o risco de cáries, gengivite e outros problemas bucais:

☞ Após as refeições, **escovar bem os dentes**. Uma escovação adequada deve durar, no mínimo, dois minutos e ser feita com movimentos suaves e curtos, com especial atenção para a margem gengival, para os dentes posteriores difíceis de alcançar e para as áreas situadas ao redor de restaurações e coroas. Troque a escova a cada três meses. Concentre-se na limpeza de cada setor da boca, da seguinte maneira:

☞ escove as superfícies voltadas para a bochecha dos dentes superiores, e, depois, dos infe-

riores;

☞ escove as superfícies internas dos dentes superiores e, depois, dos inferiores;

☞ em seguida, escove as superfícies de mastigação;

☞ para ter hálito puro, escove também a língua, local onde muitas bactérias ficam alojadas.

☞ **Usar fio dental** após a escovação para remover a placa bacteriana e os resíduos de alimentos das áreas onde a escova dental não tem acesso fácil, como a linha da gengiva e as áreas entre os dentes. Para usar corretamente o fio dental, siga essas instruções:

☞ enrole aproximadamente 40 centímetros do fio ao redor de cada dedo médio, deixando cerca de dez centímetros entre os dedos;

☞ segurando o fio dental entre o polegar e indicador das duas mãos, deslize-o levemente para cima e para baixo entre os dentes;

☞ passe cuidadosamente o fio ao redor da base de cada dente, ultrapassando a linha de junção do dente com a gengiva. Nunca force o fio contra a gengiva, pois ele pode cortar ou machucar o frágil tecido gengival;

☞ utilize uma parte nova do pedaço de fio dental para cada dente a ser limpo;

☞ para remover o fio, use movimentos de trás para frente, retirando-o do meio dos dentes.

☞ **Ingerir alimentos balanceados**, com pouco açúcar e amido, e evitar comer entre as principais

refeições.

☞ Usar **produtos de higiene bucal**, como creme dental e enxaguante bucal, que contenham flúor.

☞ Garantir que as crianças abaixo de 12 anos tomem **água potável fluoretada** ou suplementos de flúor indicados por pediatras ou dentistas se habitarem regiões

onde não haja flúor na água.

☞ Fazer avaliações regulares com o **dentista** para evitar que problemas menores se tornem sérios.



Escovar os dentes correta e regularmente é indispensável para evitar cárie, gengivite e outros problemas bucais

Projeto de lei:

Na Câmara, tramita o Projeto de Lei 10.925/04, do deputado Arnon Bezerra (PTB-CE), que determina a redução da alíquota das contribuições do PIS-Pasep e da Cofins sobre os itens de higiene bucal destinados exclusivamente à inclusão em cesta básica popular. A proposta estabelece que as cestas básicas produzidas, comercializadas e

distribuídas no país para a população carente deverão conter três escovas de dentes, dois cremes dentais e fio dental. O projeto aguarda parecer na Comissão de Seguridade Social e Família e deve ainda ser examinado pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.